

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 010

PRESIDENTE - DEPUTADO PERCIVAL MUNIZ

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Declaro aberta a presente Audiência Pública.

Queremos cumprimentar todos e todas e dizer que é uma satisfação tê-los nesta Audiência Pública.

Queremos convidar algumas autoridades para compor conosco a mesa de trabalho.

Primeiro, quero agradecer antecipadamente a presença e convidar para a mesa o nosso Secretário de Meio Ambiente do Estado, Vicente Falcão, que está dando uma entrevista, mas vem para compor a mesa conosco; o Presidente da AREFLORESTA, Fausto Takizawa - por favor, pode se assentar em umas das cadeiras -; o Secretário do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, Carlos Luiz Milhomem de Abreu; mais um representante do setor produtivo, Gerando Bento, Presidente em Exercício do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadores de Madeira do Estado de Mato Grosso CIPEM, estava no almoço conosco; o Presidente da Federação das Indústrias Comércio do Estado de Mato Grosso-FIEMT, Jandir Milan; Deputado Baiano Filho, para compor conosco aqui nesta Audiência; o Secretário já está à mesa; o Presidente da Associação Mato-grossense dos Engenheiros Florestal- AMEF, Joaquim Paiva de Paula.

Quero convidar para compor a Mesa, por uma escolha pessoal, um Engenheiro Florestal que trabalha conosco e nos ajudou muito na elaboração da pauta, o Engenheiro Raul Pinto. Por favor, componha conosco a mesa.

Quero saber se há outra autoridade do segmento, Sr. Jandir Milan, que mereça ser chamado à mesa. É um segmento que ainda conhecemos poucas autoridades do setor.

O SR. JANDIR MILAN - Não chegaram ainda.

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Do CITEM? O Eduardo e o Geraldo.

O SR. JANDIR MILAN - Isso. O Eduardo e o Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Mas eles estão chegando, é que eles estavam... Nós almoçamos juntos, mas pegamos um caminho mais curto, já conhecemos as entranhas da Capital, acompanhado pelo motorista do Jandir Milan, eles foram pelas vias tradicionais e vão atrasar mais um pouco.

Vamos esperar um pouquinho para ver se eles chegam. Enquanto isso eu quero antecipar uma fala que teria logo após o Hino Nacional, que é de praxe que ouçamos na abertura, mas já vou antecipar essa fala enquanto o Geraldo Bento chega.

Qual é o objetivo desta Audiência Pública? O objetivo desta Audiência Pública é ouvir o segmento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Temos o sentimento de que o segmento da Base Florestal do Estado está sem pai e nem mãe, e o Estado hoje atrapalha o segmento.

O Poder Público atrapalha o segmento. Além de não ajudar, porque normalmente o Poder Público teria que ajudar, no caso do segmento da base florestal está atrapalhando o segmento.

Nós temos um potencial extraordinário de crescimento da base florestal do Estado de Mato Grosso. Nessa área, hoje, já estamos em quarto lugar no PIB do Estado, o Raul tem bastante dados e as entidades também terão dados para passar.

Presidente Deputado Riva, é um prazer tê-lo aqui e o convido para compor a mesa também.

O segmento de base florestal está abandonado, do ponto de vista do Poder Público. Então, o objetivo desta Audiência Pública é o quê? Reunir o segmento, traçar uma política com objetivos a serem alcançados pelo segmento em parceria com a Assembleia Legislativa.

Temos uma lei criando a Secretaria Adjunta de Base Florestal na SEMA e na discussão desse projeto pedimos esta Audiência Pública, a Assembleia Legislativa aprovou, o Presidente Deputado Riva nos ajudou na divulgação.

Qual é o objetivo do Parlamento? Ver como turbinamos o desenvolvimento desse segmento no Estado de Mato Grosso.

Sabemos que se ficarmos esperando só por parte do Executivo o Executivo já tem muitas atribuições e uma agenda totalmente tumultuada. Infelizmente, os Executivos no Brasil normalmente perdem muito tempo em agendas de como gastar o dinheiro do Estado e dedicam muito pouco tempo na agenda de como melhorar o desenvolvimento do Estado.

Hoje o segmento está vinculado a uma Secretaria, que é uma Secretaria de fiscalização. A SEMA tem uma característica muito mais de proibir a atividade da base florestal no Estado do que de fomentar o desenvolvimento da base florestal, enquanto que nós temos iniciativas em alguns outros Estados da República que tiveram um desenvolvimento extraordinário no sentido de o Poder Público ser parceiro para o desenvolvimento do segmento da base florestal no Estado.

Então, percebemos que podemos aumentar e muito a nossa produção. Mesmo que a SEMA continue sendo uma Secretaria de fiscalização, hoje estaria muito mais vinculada à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Minas de Energia a base da fiscalização. Então é uma iniciativa, é uma matriz econômica muito forte e que hoje está praticamente sem poder respirar. Por isso, convocamos esta Audiência Pública. E o objetivo não é ficar contra a lei, contra a Mensagem do Executivo que está criando a Secretaria Adjunta. O objetivo é aproveitar esse debate para ver se é só isso que resolve o nosso problema, se podemos mais e se podemos criar um instituto para a área.

O Sr. José Eduardo Pinto e o Sr. Geraldo Bento estão convidados para compor a mesa. Sei que ficaram amarrados no trânsito. Os dois estão convidados para compor a mesa. O Sr. Geraldo é do CIPEM e está estacionando. Faço esse registro porque tem mais duas autoridades, com as quais até almoçamos juntos, que estão engarrafadas, mas que já estão chegando. Um já chegou, estavam juntos; e o outro chegará também para fazermos a abertura oficial. Então, o objetivo é exatamente esse.

Hoje abriremos a palavra, porque queremos ouvir o segmento. Nós queremos ouvir o segmento. E ouvir não só no sentido da crítica pela crítica. É natural que a crítica tenha, mas queremos transformar esta Audiência Pública numa reunião pró-ativa e identificar os problemas.

Peço que nas falas fossem identificados os problemas que temos no segmento e que já fossem dadas as sugestões. E a ideia é fritar o porco com a própria banha. Sou de origem baiana, mato-grossense de origem baiana, e lá aprendemos muito isso no nordeste. Temos que fritar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

o porco com a própria banha. O que é isso? Temos que tentar transformar as receitas do segmento e o potencial de receita que o segmento tem num recurso que o próprio segmento possa usar, criar os instrumentos públicos para fomentar o desenvolvimento.

Nós não queremos que o segmento seja um apêndice do Estado, que seja um dependente das verbas já tradicionais do Estado. Nós queremos encontrar uma forma de convencer todo o Parlamento e convencer o Executivo do seguinte: Vamos pegar as taxas que o segmento recolhe, vamos pegar os impostos que o segmento recolhe e vamos transformar num órgão, destinar a um órgão próprio do segmento e vamos transformar esse órgão num fomentador do desenvolvimento que vai a cada dia ter mais receita, mais ter técnicos competentes, eficientes e eficazes atuando na área e produzindo mais. Vamos transformar esse segmento num potencial muito maior ainda de produção de riqueza, produção de emprego e geração de desenvolvimento para o Estado de Mato Grosso.

A nossa ideia não é criar um órgão para pegar verba pública. Aliás, nós queremos que o órgão futuro viva com as próprias pernas, para não ficar aquele medo de: “lá vem um movimento para criar mais um cabide de emprego”. É o contrário, queremos criamos um órgão público que nos ajude, que agilize o segmento para ter uma receita suficiente para pagar esses servidores e ainda sobrar para ajudar na educação, na infraestrutura e na saúde do Estado de Mato Grosso. E nós temos um estudo de que é possível isso. As verbas que o segmento produz com certeza dão para poder manter os seus gestores, seus funcionários, seus técnicos e ainda sobrar para aplicar em outras áreas.

Então, é um segmento que tem como viver com suas próprias pernas e ter órgãos que não atrapalhem, mas agilizem. Ninguém tem medo da fiscalização é até bom que a fiscalização aconteça, e aconteça até pela SEMA. Agora o que queremos é alguém que agilize o fomento. Foi isso o que ouvi de algumas lideranças e hoje vamos discutir muito isso.

Então, só confirmando a presença do... Ele já chegou?

Então, veja bem, vamos, então, cumprir o ritual, tem todo um protocolo, que é declarando aberta pelo Presidente a Audiência Pública, para discutir o Setor da Base Florestal do Estado de Mato Grosso.

Composta a mesa, registramos também a presença dos senhores e senhoras: Suely de Fátima Menegon Bertoldi, Secretária-Adjunta de Mudanças Climáticas da SEMA; Oscar José de Carvalho, Prefeito Municipal de Nova Maringá; Jeferson Rodrigo Cozer, Presidente da Câmara Municipal de Nova Maringá; Edilson César dos Santos, Vereador de Nova Maringá; Samuel Rodrigues, Vereador de Nova Maringá; Sidinei Aparecido Ferreira dos Santos, Vereador de Nova Maringá - terei que chamar alguém de Nova Maringá para compor a mesa -; Henrique Yamaguti, Vereador de Nova Maringá; Itamar Tessari, Vereador de Nova Maringá; Clecio Schwade, Vereador de Nova Maringá - acho que toda a Câmara Municipal veio -; Dolvair Angelo Sambugari, Secretário Municipal de Agricultura de Nova Maringá; Diego Moreira da Silva, Médico-Veterinário de Nova Maringá; Juracy da Silva Santos Filho, Diretor da Associação dos Analistas de Meio Ambiente da SEMA; Leôncio Pinheiro, Professor do Curso de Química da UFMT; Luiz Trevisan, Diretor-Presidente da Empresa de Reflorestamento Ecológico e Florestal; Reginaldo Antônio Medeiros, Professor e Coordenador do Curso de Engenharia Florestal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, *campus* de Cáceres; José Renato Maurício da Rocha, Professor do Curso de Engenharia Florestal do IFMT, *campus* de Cáceres; César José Mason, Presidente do Fundo de Apoio à Madeira; e outros técnicos da SEMA.

Nós agradecemos a presença de todos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Agradecemos também a presença dos alunos do Curso de Engenharia Florestal da UFMT e também dos funcionários da Ziani Florestal.

Então, para cumprir a promessa, quero convidar o Prefeito de Nova Maringá Oscar José de Carvalho, já que tem uma caravana grande, para compor a mesa também.

Pronto! Chamei o Prefeito de Nova Maringá para representar os prefeitos presentes e porque tem uma caravana também bem volumosa. Deve estar com bastante problema lá nessa área. Certo, Prefeito? Certo.

Feito isso, vamos ouvir o Hino Nacional para depois passar a palavra aos convidados e membros da mesa.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Muito bem!

Eu passarei a palavra ao Presidente desta Casa, Deputado Riva, que está nos prestigiando nesta Audiência Pública e que será, como eu falei, hoje, no almoço, um aliado muito importante para ampliarmos as conquistas principalmente no que depender de modernizar a legislação, de criar legislação nova e até na ideia da futura fundação da base florestal do Estado de Mato Grosso.

Ele será um aliado muito importante aqui, no Parlamento, juntamente com outros colegas Deputados, como o Deputado Baiano Filho que tem uma atuação destacada na área.

Antes de passar a palavra ao Deputado Riva, eu quero convidar o Sr. Geraldo Bento, Presidente em exercício do CIPEM, para compor a mesa.

Vamos providenciar uma cadeira para ele.

Com a palavra, o Sr. Deputado Riva.

O SR. RIVA - Boa-tarde a todos!

Eu quero saudar especialmente o Deputado Percival Muniz, autor do Requerimento de solicitação desta Audiência Pública, e, de antemão parabenizá-lo, porque esse é um setor que tem sido, vamos dizer, quase que renegado.

As presenças mais constantes na vida dessas pessoas são: IBAMA, Polícia Federal.

É importante que vocês sintam, também, que a Assembleia Legislativa, como em outros momentos, tem interesse por esse setor que poderia ser melhor aproveitado se houvesse mais políticas públicas e mais interesse nele, Secretário Vicente Falcão.

Eu quero saudar aqui o meu colega Deputado Baiano Filho; o Secretário de Meio Ambiente, Sr. Vicente Falcão; o Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, Sr. Carlos Luiz Milhomem de Abreu; o Prefeito de Nova Maringá, nosso amigo Oscar José de Carvalho.

Em nome dos Prefeitos Oscar José de Carvalho e Vanderlei Proenço Ribeiro, eu quero saudar todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, especialmente os que estão no setor de base florestal.

Eu acho que houve muita dificuldade para alguns chegarem até aqui, porque nós temos...

Tem alguém de Colniza aqui? De Aripuanã? De Nova Bandeirantes? De Apiacás? De Paranaíta? De Nova Monte Verde? São regiões muito importantes desse setor e que tiveram muitas dificuldades para vir.

Saudar o Presidente da Associação Mato-grossense dos Engenheiros Florestais - AMEF, Sr. Joaquim Paiva de Paula; Presidente em exercício do CIPEM, nosso amigo Geraldo Bento, que representa toda aquela região de Juína, Cotriguaçu, Juruena, Aripuanã, Colniza; o Sr.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Fausto Takizawa, Presidente AREFLORESTA/MT; Presidente da FIEMT, Sr. Jandir Milan; Engenheiro Florestal, Sr. Raul Pinto; a imprensa; a todos os empresários e os servidores da SEMA na pessoa da Sr^a Suely de Fátima Menegon Bertoldi.

Deputado Percival Muniz, primeiro eu quero parabenizar Vossa Excelência, que é um Deputado da Região Sul, mas sempre foi parceiro nessa causa. Eu já ouvi suas falas em defesa do setor e aproveita um momento muito oportuno para discutir sobre o setor.

Eu não sei se Vossa Excelência está relatando ou com pedido de vista desse Projeto, mas em um momento muito oportuno se propõe a criação da Secretaria Adjunta. Eu acho que essa discussão realmente tem que ser ampliada.

Eu tenho incomodado muito o Secretário Vicente Falcão. Acho que pecamos muito, porque muitas iniciativas - é importante registrar - já poderiam estar em prática.

Eu tenho que registrar aqui a participação do Deputado Carlos Avalone nessa discussão sobre o setor de Base Florestal; a participação do ex-Deputado Dilceu Dal Bosco, outrora do Deputado Federal Ricarte de Freitas, do saudoso Deputado Estadual Jorge Abreu. Quer dizer, eu vejo muitas pessoas participando dessa discussão há muito tempo, que não é uma discussão nova, mas esta aqui é uma ideia nova que pode emplacar.

Eu não consigo entender, Secretário Vicente Falcão! Se o Estado passa por um momento de crise, essa deveria ser a Secretaria que está melhor funcionando, porque se ela para e emperra, também, para e emperra a economia do Estado. Ela tem uma intervenção sobre todas as áreas do Governo.

E nós já discutimos tanto as licenças de baixo impacto que poderiam ser descentralizadas; que as regionais poderiam funcionar melhor; já fizemos a CPI da SEMA e tinha gente que achava que queríamos executar as pessoas, mas demos oitenta e cinco recomendações para aperfeiçoar o funcionamento da SEMA; aprovamos legislação. Na época, não sei se todos se lembram daquela memorável reunião do Catunda, quando o Ministro assinou o Termo que dava ao Estado toda autonomia para gerir o setor de base florestal. Mas infelizmente o IBAMA não tem respeitado isso.

Eu acho que os governadores têm que aprender a meter mão na mesa e dizer ao Presidente que têm que ser respeitados esses acordos. Eu tenho cobrado isso!

Deputado Percival Muniz, eu acho que a Assembleia Legislativa pode cobrar isso. Porque não dá para entender um pacto federativo trincado, rachado.

Tudo que o Governo Federal pode fazer para emperrar esse setor ele tem feito.

Eu me lembro que a Ministra Marina Silva esteve aqui e ficou brava quando eu disse que um dos principais causadores do desmatamento foi o IBAMA. E ela disse que não. Mas eu falei: é verdade! Se você entrasse com pedido de manejo - o Vanderlei deve se lembrar dessa fase, assim como vocês que são antigos no setor se lembram desse momento -, demorava cinco anos para liberar. E se você entrasse com pedido de desmatamento para ter a matéria-prima para trabalhar, demorava trinta dias. Então, o que se fazia? Para você ter a matéria-prima, ter condições de dar entrada e trabalhar optava pelo desmatamento de forma forçosa.

E quando a SEMA assumiu, Deputado Percival Muniz, esse procedimento tinha projeto de manejo de cinco, seis anos dentro do IBAMA.

Então, dizer que não avançou... Avançamos!

Mas eu não consigo entender, Secretário, porque nós precisamos de mais de noventa dias para aprovar o manejo. Não consigo! Não tem sentido! Se há uma forma de se conservar a floresta é por meio do manejo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

E, outra coisa, os absurdos... Eu não consigo entender, porque que uma área 100% de floresta precisa de LAU e de CAR para dar andamento ao manejo.

Então, essas são coisas que nós podemos melhorar; que nós podemos aperfeiçoar. Nós temos trabalhado isso!

Eu acho que o que pudermos aperfeiçoar na legislação no que diz respeito ao Estado nós temos que aperfeiçoar.

Eu acho que o fato que o Deputado Percival Muniz colocou aqui de se ter uma fundação com recursos de taxas e tudo fica para a fundação, para gerir a fundação... Hoje, não tem dinheiro para diária, para fazer vistoria. E não estamos falando dinheiro da Fonte 100. Não! Às vezes, é dinheiro das taxas que a SEMA recolher. Isso não pode acontecer.

Então, eu nunca vi o momento mais oportuno para fazermos essa discussão. Acho que a modificação dessas Leis Complementares a 343, 232 e a 233 tem que se mais rápida. Não podemos nos sentar em serviço. Quanto tempo faz que estamos tratando disso?

Então, eu acho normal tropeçarmos em alguns pontos da legislação, porque é uma coisa nova para nós. Mas não é normal demorar tanto tempo para isso avançar.

Então, Secretário, eu acho este um momento muito oportuno de colocar sobre a mesa... Aqui está a Assembleia Legislativa que pode ajudar muito a SEMA e aqui nós temos que fazer um reconhecimento.

Essas pessoas que estão aqui, no passado, Deputado Percival Muniz, houve muito questionamento em relação a empresário desse setor. Os que optaram por trabalhar de forma correta estão aqui dentro deste Auditório e alguns não puderam vir. Mas aqueles que não se aperfeiçoaram à nova filosofia implementada e necessária saíram do setor.

Então, não tem porque hoje nós não nos dedicarmos a dar as condições para que esses empresários realmente trabalhem e gerem renda. Não dá.

Esses dias eu falei para alguém da SEMA - não me lembro quem - que se você for a Colniza vai ver que não tem 40% do setor trabalhando por falta de condições para trabalhar, por falta de projeto. Não sei se foi o Deputado Percival Muniz...

Está aqui: manejo para funcionar o setor madeireiro. Libera em torno de cento e setenta, cento e oitenta, se não me engano.

Quer dizer, não é porque também os técnicos da SEMA não querem, é porque falta as condições e nós temos que aqui admitir isso. Não adianta execrar os servidores da SEMA. Nós temos que dar as condições de trabalho.

E aí eu quero mais uma vez dizer a Vossa Excelência: não tenha dúvida da importância desse ato provocado por Vossa Excelência.

Eu gostaria de ficar até o final, mas nós temos uma reunião do Colégio de Líderes, o Deputado Percival Muniz também deverá chegar ao final para participar, rotineira, toda terça-feira, e no mínimo o Presidente tem que estar lá para conduzir essa reunião.

Mas eu quero, Secretário Vicente Falcão, que esta Audiência Pública, provocada pelo Deputado Percival Muniz, com o apoio desta Casa, não pare aqui. Quem sabe daqui possamos sair com uma audiência marcada com o Governador, com a presença do CIPEM, da Assembleia Legislativa e dos empresários e nós batamos o martelo aqui para que a SEMA tenha as condições de trabalho e para que não falte os mínimos recursos necessários, que são mínimos mesmo, para que a SEMA tenha condições de atender a sua rotina, atender os procedimentos necessários para todos trabalharmos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

A SEMA chegou num ponto que se um projeto andar rápido lá hoje, é visto com maus olhos. A regra é não andar.

Então, se alguém entrar com um projeto correto e ele começar a andar, para, porque vão denunciarão, vai prender e vira um terrorismo do inferno.

Eu acho que nós temos que mudar essa regra. Nós temos que prender quando não andar, porque a regra tem que se andar e rápido. Todos. Ninguém quer privilégio, ninguém quer ser beneficiado, nós queremos que o grande privilegiado seja o Estado de Mato Grosso, que consigamos fazer os projetos andarem e fazer as pessoas trabalharem.

Não tem coisa mais colorida do que você chegar no fim das águas nessa região aí, Secretário Vicente Falcão, e ver pessoa passando fome. Tem madeireiro que não é que ele não dá conta mais de pagar o funcionário, ele não dá conta de se sustentar, porque não teve a condição de trabalho necessária.

Então, eu parablenizo aqui o Deputado Percival Muniz e todo o Colegiado por essa iniciativa!

Quero dizer que vocês realmente podem contar com a Assembleia Legislativa. O Secretário Vicente Falcão tem sentado para discutir isso. Assumiu um compromisso de ajudar a melhorar a legislação. A Câmara Temática que trata desse assunto, câmara técnica, evoluiu muito junto com a SEMA nisso e acredito que já até tenhamos pronto e acabado alguns projetos não no sentido da discussão do Deputado Percival Muniz, que é uma inovação interessante, mas no sentido de aperfeiçoar a legislação e os procedimentos de rotina da SEMA.

Muito obrigado a todos e uma boa Audiência Pública! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Obrigado ao Deputado Riva, Presidente desta Casa de Leis.

Eu quero agradecer aqui ao José Eduardo Pinto, Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso-Sindusmad; ao Voniclei Gasparini, Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Arinos - Juara-Simava; ao Adilson Soares Rocha, Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras de Sorriso-Simas; ao Claudinei Melo Freitas, Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Médio Norte - Nova Maringá-Sindinorte; ao Eleandro Kremer, Presidente do Sindicato dos Madeireiros de Extremo Norte - Alta Floresta-Simenorte; ao Jesse Barros, Engenheiro Sanitarista e Ambientalista; e ao Prof. Euclides de Lima, Presidente da Cáritas do Brasil, Diocese de Cuiabá.

Agora, nós vamos passar a palavra aos três que foram escolhidos para nos fazer a palestra: o Joaquim Paiva de Paula, Presidente da Associação Mato-grossense de Engenheiros Florestais; o Fausto Takizawa, Presidente da Arefloresta, e o Geraldo Bento.

Então, esses três farão um resumo das atividades do segmento e das idéias que têm à frente do segmento.

Com a palavra, o Sr. Joaquim Paiva de Paula, Presidente da Associação Mato-grossense de Engenheiros Florestais - AMEF.

O SR. JOAQUIM PAIVA DE PAULA - Boa tarde a todos!

Eu quero agradecer a presença principalmente dos engenheiros florestais ligados à AMEF aqui presentes.

Cumprimento os componentes da mesa, na pessoa do Presidente da Casa, o Deputado Riva; todos os servidores da SEMA, na pessoa da Dr^a Suely de Fátima Menegon Bertoldi e do Dr. Elias, que são meus amigos pessoais; todos os engenheiros ligados à AMEF, na pessoa da Sr^a Licineide Pereira Lago, ex-Presidente da AMEF, cuja luta começou na sua gestão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Eu não fiz nenhum discurso, mas quero usar da fala sobre a questão.

Nós estamos passando por um momento que parece que a sociedade está na contramão. Se hoje você compra um carro zero, com duas horas depois já se está com o licenciamento na mão para jogar monóxido de carbono no ar. Quando você vai licenciar uma propriedade para produzir grãos, produzir alimento, carne e etc., você gasta dois meses, três meses, dependendo do andamento que está conosco na SEMA.

Então, parece que a coisa está andando na contramão. Você licencia um carro para jogar monóxido de carbono no ar, com duas horas está com a licença dele e não se vê ninguém do Ministério Público, nem da Justiça, ninguém para pentelhar sobre essa parte do monóxido de carbono. Só estou fazendo uma comparaçãozinha para se ver como está o segmento nosso.

Outro pensamento que a sociedade é um pouco equivocada e eu também faço parte dela é quando estamos viajando numa estrada e um filho nosso vê caminhões de bois gordos, ele elogia aquele caminhão de boi: “Pai, olha que bonito!” E quando vê um caminhão de tora de madeira, ele fala: “Está depredando, está degradando o meio ambiente!”

Então, eu acho que estou errado e vou ter que mandar o mundo parar para ele descer, porque onde criou o boi já foi desmatado e degradado há muitos anos e continua sendo degradado. De onde sai uma madeira pode estar sendo um manejo florestal, pode estar sendo tirada de maneira tecnicamente correta, mas a visão da sociedade é que está sendo depredada.

Esse é um pensamento meu e acho que está assim a sociedade. Então, parece que a coisa está na contramão.

Com relação à criação da Secretaria de Floresta, inclusive está na minha mão aqui, foi amplamente divulgado, começou na AMEF, em 2009. Na última folha do caderninho tem um ofício, quando criei um grupo para que trabalhasse essa proposta. Trabalhamos a proposta, pagamos consultoria, diga-se de passagem, a AMEF pagou a consultoria, e chegamos a algumas conclusões - quem tem esse trabalho pode checar - e fala que hoje o setor, hoje não, em 2009, oferecia cento e sessenta mil empregos diretos e indiretos, tinha mil, seiscentos e cinquenta três indústrias do setor no Estado, e assim por diante. Também fala do reflorestamento do Estado, que o Fausto vai falar, e numa página aqui demonstra, em 2009, o déficit de lenha que tinha no Estado, em torno de seis milhões e quatrocentos mil metros cúbicos. Déficit! Se há déficit, é por isso que há depredação das áreas intactas. Hoje Minas Gerais busca carvão no Paraguai. Que dizer, eu acho, “achismo”, isso é até vergonhoso.

Por que fizemos essa proposta de se criar a Secretaria de Floresta? Poderia ser um instituto, poderia ser uma fundação, ou outra coisa, mas no nosso ponto de vista não poderia ser uma adjunta, e não poderá ser, por mais que seja. Por quê? A SEMA, da qual tenho orgulho de fazer parte, sou funcionário do Estado há 32 anos, funcionário de carreira, e acredito que devo aposentar na SEMA com maior orgulho - tenho orgulho em pertence aos quadros da SEMA. Mas o trabalho da SEMA, apesar de fiscalizador como foi falado, é licenciador e fiscalizador. É um monitoramento. Por mais que doa em alguém o que vou falar, a SEMA trabalha com foco. Chega na época das queimadas desviam todos os veículos, todo o recurso financeiro para fogo, que, na verdade, não precisaria apagar, teria que se fazer um trabalho educativo; acaba o fogo vem a piracema e tem que combater a pesca predatória; vem a chuva e alaga Santo Antônio do Leverger, desvia os carros para carros para Defesa Civil. A logística da SEMA é única para atender nove superintendências. Então, esse foi o ponto de vista que nosso grupo concluiu, que não deve ser uma Secretaria Adjunta, muito menos uma superintendência e sim uma Secretaria. Para cuidar do quê? Do negócio florestal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Para entender rápido, seria o seguinte: a Secretaria Agricultura para cuidar da questão florestal. Se pararmos e pensar, por exemplo, ninguém vive sem o grão de arroz, nem do feijão e nem da carne bovina. Vamos pensar na madeira. Quando nascemos somos colocados num berço de madeira. Quando vamos crescendo, a primeira coisa para nos tornar educados, se é que somos educados, um lápis de madeira. Na nossa casa a nossa cama é madeira. Quando morremos, somos levados para terra num caixão de madeira. Para essa madeira não é dada a devida importância, porque para muitos segmentos, e me desculpem porque vai doer em alguém, principalmente em algumas ONGs, é mais fácil combater do que incentivar.

Mas a árvore... Nós Engenheiros Florestais não podemos e não devemos venerar uma árvore. Ela é recurso natural renovável, que plantamos e colhemos na hora que bem quisermos, simplesmente nos utilizando de técnica.

Vai cortar uma árvore na rua neste momento?! Chove na Ouvidoria duzentos telefonemas, mas ninguém se preocupa com o esgoto que está sendo jogado no rio. E assim está sendo o pensamento da sociedade.

Então, a AMEF, que hoje agrega em torno de setecentos engenheiros florestais, tem cadeira no CREA - diga-se de passagem, estou como Vice-Presidente do CREA -, fez esse trabalho, coordenou esse trabalho em co-participação e discutimos com todos os candidatos ao Governo de 2010. Aqui está a assinatura de todos, inclusive do nosso Governador Silval Barbosa. Todos elogiaram: o Deputado Federal Homero Pereira, o Senador Pedro Taques, o Senador Gilberto Goellner, e assim por diante.

O Governador recebeu muito bem essa proposta. Quando se elegeu, voltamos a nos reunir com ele e ele disse: “Paiva, me dá um prazo até aprovar o Código Florestal.” Realmente achamos plausível e resolvemos esperar criar o Código Florestal. Eu também acho lógico, isso é óbvio.

De repente, para a nossa surpresa, tem uma proposta desta Assembleia Legislativa para criar uma Secretaria Adjunta na SEMA com um cargo de Secretário e um cargo de um Assessor Especial.

Vamos racionar rapidinho. Cria-se esse cargo. O que vai acontecer? Vão colocar duas pessoas, naturalmente de confiança do Governador, que é praxe, mas vai chegar na SEMA, aquela logística que já trabalha nos focos, e vai ter que dividir com essa Secretaria Adjunta.

Esse é um ponto de vista nosso, bem analisado pela nossa equipe, mais de quinze profissionais que se reúnem toda semana para discutir a questão florestal. Então, este é o ponto de vista da AMEF: Secretaria Adjunta é apenas para arrumar mais um cargo, desviar a logística e piorar o setor.

Agora é bom deixar claro para alguns florestais que estão aqui que, talvez, não entenderem até hoje o porquê disso.

A Secretaria de Floresta não é para trabalhar com licenciamento, não é para licenciar propriedade. Se fosse assim, a propriedade que produz soja teria que se licenciar lá na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, com o Carlos Luiz Milhomem de Abreu, e não licencia.

A SEMA continuará com o licenciamento. A Secretaria de Floresta é para cuidar do negócio florestal, da questão florestal, da produção.

A nossa proposta aqui, e pode ser ampliada, é para que sejam executados alguns programas, entre eles: Programa de Manejo em Florestas Nativas Madeiráveis e Não Madeiráveis, hoje ninguém cuida do manejo de palmito, cipó, folhas e etc.; Programa de Restauração de Áreas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Reflorestadas; Programa de Reflorestamento, para uso múltiplo de madeira; Programa de Desenvolvimento de Tecnologia e de Produtos Florestais; Programa Intensivo de Pesquisa Florestal, porque hoje se faz muitas coisas no “achismo”, a exemplo do Código Florestal, ninguém sabe por que são 80% de reserva e nem por que são oitenta metros de largura, “acha” que é suficiente, mas não temos dados técnico-científicos e os órgãos que detêm a chancela sequer se movimentam para pesquisar; Programa de Desenvolvimento Fiscal e Programa de Monitoramento Florestal. Essas são as propostas do grupo que a AMEF coordenou.

Estou à disposição, como Presidente da AMEF, e toda a Diretoria, a exemplo de um dos nossos Diretores, que é Raul Pinto, para atender, para discutir, a hora que precisar, qualquer dia.

Era só. Muito obrigado pela oportunidade (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Muito bem!

Eu agradeço a fala do Sr. Joaquim Paiva de Paula. Acho interessante algumas observações que ele expôs e vamos, no momento oportuno, ampliar.

Com a palavra o Sr. Fausto Takizawa, Presidente da Arefloresta. Ele consertará o nome dele falando ele mesmo para aprendermos.

O SR. FAUSTO TAKIZAWA - Boa-tarde a todos da mesa.

É Fausto Takizawa. Takizawa. Está certo. Tudo bem.

Quero agradecer a presença de todos também aqui na plateia.

Não sou muito acostumado a formalidades, mas gostaria de expor alguns...

Vamos falar de coisa boa, não é gente? Vamos falar de coisa boa. Mato Grosso tem uma coisa boa. Quer queira, quer não, não é Luiz Trevisan? Nós estivemos na Costa Rica ano passado e Mato Grosso tem a maior área plantada de teca da América Latina, sessenta mil hectares.

O pessoal ficou muito feliz, os doze países da América Latina, quando decidiu fazer o próximo Encontro Latino-Americano de Produtores de Teca aqui em Cuiabá, no Mato Grosso, porque eles têm uma curiosidade enorme.

A exemplo do eucalipto, pelo menos é o que está acontecendo com a teca, a exemplo do eucalipto, com grandes obstáculos, no dia a dia estamos vencendo os obstáculos. A teca segue o mesmo trilho do eucalipto na questão do sucesso do seu cultivo. Então essa é uma coisa positiva que acontecerá este ano em Mato Grosso em novembro. Poxa, gente, um pouco mais de doze países da América Latina estão vindo para Mato Grosso para participar desse evento no setor florestal! Então, gente, é coisa boa!

Acabei de ler uma notícia agora na “*Isto É Dinheiro*”, depois vocês veem, em que aparece uma foto do Governador Silval Barbosa e Mato Grosso foi avaliado por um organismo econômico equiparando a força econômica de Mato Grosso ao Estado de São Paulo. Então Mato Grosso está ali, desculpem a expressão, mas “pau a pau” com o Estado de São Paulo na questão da força econômica pela pujança do agronegócio. E floresta está dentro do agronegócio: floresta plantada; floresta nativa; produção de madeira, floresta para produção de madeira, fins econômicos.

Eu vim de Três Lagoas. Na semana passada estivemos lá. Não foi, Sr. Jaude? O Sr. Jaude esteve lá e tivemos mais pessoas da AREFLORESTA que participaram do Três Lagoas Florestal. Aquele Estado já investiu, quando eu digo Estado, o Estado criou as condições para isso, então não é o Estado diretamente, ele colocou um pouco de dinheiro nas suas Secretarias, mas criou condições e hoje já têm injetados quatorze bilhões de reais nos últimos quatro anos, a exemplo da fábrica da Fibria, a fábrica de celulose da Eldorado. Então trouxe quatorze bilhões!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Gente, fazendo uma analogia com o nosso Estado vizinho, será que nós em Mato Grosso, será que nós não podemos seguir esse bom exemplo? Quer dizer, o que precisa para seguir esse bom exemplo? Talvez esse tiro de criar essa Secretaria Ajunta, talvez falta ajustarmos o foco desse tiro, dar um tiro para atingir o alvo certo.

E nesse evento participamos da Câmara Setorial de Silvicultura dentro do Ministério da Agricultura. Então, vocês veem, lá tratamos todas as questões em nível nacional no Ministério da Agricultura na questão de fomentar a produção de madeira, e tem uma participação constante da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Então a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que é uma Secretaria ligada diretamente a Casa Civil, fez questão de criar... Dentro da Diretoria de Sustentabilidade existe uma política nacional de floresta plantada ligada diretamente à Presidente.

Então, traduzindo em miúdo, é um assunto estratégico. Quer dizer, o Governo Federal já está olhando a floresta como assunto estratégico para o País. Poxa, se é para o País, então para Mato Grosso estamos vendo que é estratégico também. Portanto temos que pensar diferente, olhar de forma diferente e fazer diferente.

E uma das palavras que eu escutei do Fernando Castanheiro, que é Assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos, gosto muito de conversar com ele, porque ele acaba dando muita dica para nós ali... Então teve o pessoal de Rondônia, de Goiás. E uma hora com o pessoal de Rondônia ele falou: Fausto, você e o Ivo - o Ivo é o Secretário dos Reflorestadores de Rondônia, recém-criado -, vocês que estão em Mato Grosso e Rondônia não têm uma Fibria, vocês não têm uma Eldorado, vocês não têm uma Suzano, vocês não têm uma Baía Sul no Estado. E esses Estados que têm essas grandes empresas, em tese, só precisam que o Governo não atrapalhe. Agora vocês que estão em Mato Grosso e Rondônia têm que trocar muita ideia, vocês têm que fazer parceria, porque vocês, Mato Grosso e Rondônia, ainda não têm uma grande empresa. E eu digo ainda porque tem grandes empresas olhando Mato Grosso, mas vocês ainda não têm. Enquanto vocês não tiverem uma grande empresa que traz essa pujança econômica, vocês precisam de muito apoio do Governo, apoio e vontade política do Governo”.

Então, o Governo - vou usar uma expressão - tem colocar o setor um pouquinho no colo. É como uma criança machucada que precisa da mãe e de um acolhimento. Mas precisa num primeiro passo desse acolhimento do Estado, o Estado sentar e falar: “Espere aí, gente. Em que estou atrapalhando? Bom, pelo menos, não atrapalho mais. O que precisa de apoio? E vamos apoiar.”

Então, foi esse o recado que o Fernando Castanheira deu para nós: “vocês tem que lutar, vocês tem que conversar, criar parcerias, tentar mostrar para os diversos atores privados, públicos, ONGs, Universidades para tentar criar esse ambiente.”

Todos não acompanham diretamente, mas esta semana, na quinta-feira, estou indo para Rondonópolis. E o que vai acontecer lá em Rondonópolis? Tem lá um grande associado nosso, grande eu digo porque ele planta bastante, tem pouco mais de sete mil hectares de eucalipto e é um grande fomentador para que a floresta funcione em Mato Grosso, o Senador Gilberto Goellner, e é onde o eucalipto está se desenvolvendo em termos de área e crescimento mesmo, é na região de Rondonópolis, naquele entorno, pela pujança do agronegócio - soja, secagem de grãos -, então isso puxa também o eucalipto. Se bem que poderia estar melhor. Então lá, pela quarta vez a Empresa *Weyerhaeuser*... Acho que o Secretário Vicente Falcão já conheceu, certo? O Walter Benadof, acho que é a terceira vez que o Walter Benadof vem para Mato Grosso.

Essa empresa, só para vocês terem uma ideia, ela tem nove milhões de hectares, ela faz a gestão de um ativo de nove milhões de hectares de floresta no mundo inteiro. E no Brasil ela é detentora do produto chamado *Lyptus*, que é o eucalipto. Eles derem uma roupagem para o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

eucalipto e usam para um fim muito nobre, então agrega muito valor ao eucalipto. E o restante, na America do Sul, é no Chile e Uruguai onde eles têm os pés.

Então esse empresário já veio três vezes para o Mato Grosso, não é á toa que ele está vindo para o Mato Grosso. Coisa que muitos de vocês já sabem que existe em Mato Grosso, ele está vendo também. Mas por que ele já não entrou de cabeça? Vamos dizer, ele está numa fase namoro, de namoro ou paquera. Talvez não namoro, mas a paquera, que o momento antes do namoro é a paquera. Então, ele vem paquerando Mato Grosso. Mas por que ele já não falou: “Mato Grosso agora vamos namorar, vamos noivar e casar”? Por que está demorando a acontecer tudo isso? O que está acontecendo? O que falta de ambiente de negócio dentro do Estado? E quando falo ambiente de negócio passa pela segurança das regras ambientais, a questão da Regularização Fundiária, a questão tributária, a questão logística dentro do Estado. Então, tem que criar todo esse ambiente e não só no setor florestal, mas em todo o agronegócio. É assim que funciona. E para nós também não é diferente, precisamos de tudo isso, mas para a floresta você precisa mais, porque a floresta você planta para daqui a sete anos, a vinte anos. É um negócio para o seu filho, para o seu neto.

Para não me delongar muito no assunto, quero deixar uma sugestão, já que o Deputado Percival Muniz pediu uma sugestão. A AREFLORESTA, nós temos a visão que, do jeito que está sendo sugerida a criação dessa Secretaria Adjunta, não ficou claro. Para nós não ficou claro o que se pretende com essa Secretaria Adjunta. Eu acho que há meios mais eficientes de se fazer a roda girar melhor.

Eu darei um exemplo que está acontecendo na prática só para todos saberem: em termos de legislação Mato Grosso está muito bem servido para a questão de gestão florestal. A Lei Complementar nº 233 - eu agradeço a ajuda do Sr. Edson Perin, da Compensação, o Francisco, que fizeram um estudo muito bom para nós - tem os arts. 4º, 5º e vai até o 7º. O art. 4º fala da atribuição da SEMA, que é o que a SEMA está fazendo hoje: fiscalizar, acompanhar e monitorar a parte ambiental. Nós sabemos que melhorou nesses últimos meses, mas nós temos limitação de recurso humano, de financeiro.

Tem melhorado com muita luta, não é Secretário Vicente Falcão, mas não é só isso. É precisa de mais. E quando eu falo mais não é mais... Será que são mais cargos ou mais uma mexida dentro internamente de gestão? Eu não sei! Quem trabalha lá dentro é que conhece melhor.

Então, no art. 4º fala: SEMA... Agora, eu não lembro a sequência.

Ah, o art. 5º, Secretário Carlos Luiz Milhomem de Abreu, é a SEDRAF. Fala da SEDRAF.

A atribuição da SEDRAF é criar programas para fomentar a produção de matéria-prima florestal. Então, lá está bem claro! Fomentar programa de produção de matéria-prima florestal é plantar floresta. Você já tem o MT Floresta dentro da SEDRAF que não teve o sucesso que poderia ter tido, mas que pode tê-lo. O setor privado está inteiramente de braços abertos para ajudar a destravar o que for necessário.

Dentro da SICME, também... O art. 6º atribui à SICME a criação de programas para verticalização e otimização de toda a cadeia. Então, é a industrialização da madeira. Só para dar um exemplo do que já está acontecendo sem mexer muita coisa, mas funcionar de forma eficiente. Juntamente com a SICME a REFLORESTA já percorreu Cáceres, Guarantã do Norte, Tangará da Serra, Rondonópolis e São José do Rio Claro. Na verdade, é projeto da SICME a constituição de arranjo produtivo local de floresta plantada. O que é esse arranjo produtivo? Vai pegar toda a cadeia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

desde o produtor de muda, semente, quem planta floresta para quem está vendendo, quem consome, *marketing*. Enfim, vê onde estão os gargalos e, a partir dos gargalos, propõe ações para quebrar.

A atribuição da SICME dentro dessa lei é criar esses programas. Então a SICME já está fazendo, já tomou a atitude!

E atribuição da Secretaria de Ciência e Tecnologia é criar programa de pesquisa e inovação para o setor florestal. Em termos de legislação ela já está aí. Agora, vamos para a ação. Entre o que é lei virar ação eu acho que cabe a cada Secretaria, a toda AMEF, REFLORESTA, CIPEM, todo setor privado, Federação das Indústrias.

Eu estou falando por eles, mas acho que nós somos parceiros. Mas se for para executar o que está na lei e realmente funcionar, nós estamos de braços abertos.

Então, esta é a nossa sugestão.

Se o Estado é do jeito que escutamos nessas situações de contingências, devemos criar coisas novas ou se fizermos um pouco diferente com as pessoas que aí estão... Esse é o cenário 1. Agora, se, de fato, o Estado tem algum recurso para investir, ali existe três degraus: o Instituto Estadual de Florestas, a exemplo de Minas Gerais, e a Secretaria Estadual de Floresta, como o Sr. Joaquim Paiva de Paula já disse. Depende do tamanho, do quanto de capital que o Estado tem para investir. Agora, investindo certo, o exemplo que temos que olhar é o nosso vizinho Estado de Mato Grosso do Sul. O Tocantins, também, sem ter a floresta que o Estado de Mato Grosso tem, já anunciou a instalação de uma fábrica de celulose. Então, o que o Tocantins fez de diferente de nós para convencer e ter uma fábrica de celulose sem ter a quantidade de eucalipto que tem Mato Grosso?

A pergunta é... Lá tem ferrovia, tem todo...

Bom, a Senadora Kátia Abreu e o Deputado Federal Irajá Abreu são de lá e politicamente estão em sintonia com a política nacional de floresta plantada. Pelo menos, é a visão que nós temos nessas idas a Brasília. É assim que temos enxergado.

Eu acho que investindo certo... É colocar R\$1,00, hoje, para daqui a três anos colher R\$1,50. Tem alguns números de estudos do Maranhão, do Piauí, que eles estão projetando o Estado entra com R\$1,00, mas o fruto colhido é de R\$6,00 reais lá na frente.

Só para encerrar minha fala, Deputado.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Muito obrigado!

Muito obrigado mesmo!

Gostamos das informações que o Fausto passou para todos nós.

Eu quero agradecer a presença da Deputada Luciane Bezerra, que já está compondo a mesa; e do Deputado Dilmar Dal Bosco que já compõe a mesa junto com companheiros.

O próximo e último palestrante é o Sr. Geraldo Bento.

Depois, faremos um debate com todos os presentes.

Com a palavra, o Sr. Geraldo Bento, Presidente, em exercício, do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso-CIPEM.

O SR. GERALDO BENTO - Boa-tarde a todos!

Em nome do Deputado Percival Muniz eu quero cumprimentar todos os Deputados que se encontram na mesa; cumprimentar, também, o Vice-Presidente da Federação das Indústrias, Sr. Jandir Milan; Secretário da SEMA, Sr. Vicente Falcão, e em seu nome cumprimentar todos os colaboradores que se encontram presente; cumprimentar, também, os Presidentes de Sindicatos que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

se fazem presentes e todas as entidades e representantes do Governo, em particular, que se encontram aqui presentes.

Deputado, primeiramente eu quero agradecer por esta oportunidade que estamos tendo de debater o setor de base florestal e a nossa necessidade, os gargalhos que temos lá na ponta da linha.

Veja bem, eu não venho aqui para falar línguas técnicas e nem dados. Eu venho aqui para falar de demandas e necessidades.

Nós, por meio dos Sindicatos das Indústrias Madeireiras do Noroeste de Mato Grosso, fizemos a caravana da sustentabilidade que se iniciou dia 12 do mês passado, ou seja, do mês de março, e percorremos o Noroeste até para levantarmos as demandas do nosso segmento, bem como as dificuldades que temos no setor de base florestal para produzir e transportar os nossos produtos para fora do Estado e para dentro do Estado.

Nós estamos elaborando um documentário. Essa caravana da sustentabilidade será feita em todos os oito Sindicatos do Estado de Mato Grosso. Nós queremos fazer um documentário único com as demandas de todas essas regiões.

Eu quero cumprimentar o Elias que acompanhou a nossa caravana na primeira fase para assistir as nossas necessidades *in loco*.

Nós começamos por Brasnorte e fomos até Colniza e ficamos surpresos com a grande demanda que temos naquela região dentro do nosso setor. O setor produtivo lá, 80% é a base florestal que sustenta a economia da região.

Então, por meio dessa caravana nós levantamos também a necessidade de dar uma reestruturação à SEMA, porque as atribuições ambientais do Estado há sete anos foi passada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e nós vimos pedindo, solicitando uma melhoria no dia-a-dia da SEMA e não estamos tendo êxito.

Não quero culpar nenhum servidor aqui, porque todos eles fazem a sua parte. Mas, de repente, a estrutura do Governo não propicia que os trabalhos sejam realizados a altura das nossas necessidades.

Então, representando o CITEM, como Presidente interinamente, nós visitamos várias vezes a SEMA e também levantamos várias situações críticas ali dentro que dependem para que a SEMA faça uma boa gestão.

É lógico que contactamos várias vezes o Secretário, não só o Vicente Falcão, mas os outros Secretários também, e sentimos que os nossos pedidos e as nossas negociações não evoluíram dentro da SEMA.

Neste início de ano, para que pudéssemos fazer algumas vitorias para liberação de alguns manejos para a safra de 2012 - que é de seis meses, não é de um ano... Não tem safrinha igual a agricultura. Nós temos que fazer durante seis meses. Acabou o período, depois entra na piracema de dois meses, também, no início do ano, para acabar, além das chuvas... Nós precisamos locar seis caminhonetes, por meio do Fundo de Apoio à Madeira - FAMAD, e passar para a SEMA fazer essas vitorias.

Então, para nós é uma preocupação muito grande porque pagamos as nossas taxas, os licenciamentos, a Licença Ambiental Única-LAU, as vitorias de manejo, antes de carregar os nossos caminhões. Pagamos tudo antecipado para que se faça esse trabalho pela Secretaria.

Nós gostaríamos de saber para onde está indo esse recurso, porque não está sendo revertido em prol das nossas necessidades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Essa é uma das situações, Deputado, que nós gostaríamos que o Legislativo tomasse pé e realmente verificasse o que está acontecendo para que possamos ser um segmento viável e produtivo.

Nós sabemos que alavancamos a quarta economia do Estado, temos mais de mil e oitocentas empresas do segmento, empregamos direta e indiretamente mais de cento e vinte mil funcionários e com uma precariedade enorme de atendimento perante a nossa Secretaria de Governo.

Imagina Vossa Excelência se nós tivéssemos um atendimento à altura das nossas demandas e das nossas necessidades! Eu tenho certeza que estaríamos em segundo lugar no *ranking* da produção do Estado, porque nós temos demanda para isso.

Eu ouvi as palavras do Sr. Joaquim Paiva de Paula e achei interessante aquele projeto que foi desenvolvido pela AMEF, pelo CIPEM e outras entidades, que não me recordo aqui, no ano de 2010, é exatamente aquilo que nós precisamos para que a SEMA seja viável.

Eu acho que a SEMA é o seguinte: ela trabalha num sistema que é onde entra uma pulga entre um elefante e o espaço para atravessar é o mesmo.

Nós entendemos que o licenciamento para o poço artesiano entra no licenciamento de um projeto de manejo de um valor agregado muito grande. Então, não é justo que uma empresa madeireira ou várias empresas, que dependem de um projeto de manejo para fazer safra, espere o mesmo trâmite de processo de uma desenvoltura pequena com a desenvoltura maior.

Eu gostaria que pudessem rever esse modelo de planejamento de trabalho do órgão, porque nós também viemos com a nossa sugestão, que é a criação do projeto de uma Secretaria Florestal do Estado. Para nós não interessa muito se é uma Secretaria ou se é um instituto, ou se é uma subsecretaria, o que nos interessa é que esse órgão viabilize os nossos projetos num prazo máximo de noventa dias para que possamos trabalhar. É isso que nós precisamos.

Então, os senhores técnicos que tem alguma formação profissional sabem qual seria o melhor caminho para nós. Agora, eu acho que depende de uma boa vontade do Governo para que isso aconteça.

Nós, para ser sincero, não aguentamos mais esse peso nas costas. Não temos opção. Setor de segmento de base florestal, quem é madeireiro nasceu para ser madeireiro e não vai ser outra coisa.

Então, nós acreditamos que esta Audiência Pública possa criar uma nova conscientização dos nossos representantes do Estado, com dos nossos representantes da área privada, em fazermos o cooperativismo para que realmente aconteça essa desvinculação da Secretaria Florestal de dentro da SEMA.

Há muitos profissionais dentro da SEMA interessadíssimos, com uma vontade louca para que esse nosso setor funcione. Mas se não descongestionar, se não tirar daquela engrenagem maior, que tranca todas as pequenas engrenagens para posicionar, nós não chegaremos a lugar nenhum. Esse é um dos nossos propósitos também.

Gostaria também de pedir aos senhores do Legislativo com referência a alteração da Lei nº 233 e da Lei nº 232 que se referem ao CAR, viabilizar os manejos por meio do CAR. Hoje nós dependemos da LAU, da viabilização dos nossos projetos.

Então, em palavras técnicas, que eu não sei, os senhores sabem: qual o melhor caminho para ser feito isso aí?

Nós queremos, por exemplo, a igualdade para o setor da agricultura e da pecuária que desburocratizam os nossos projetos de manejo. Porque os nossos projetos de manejo são muito

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

mais importantes do que uma área para a lavoura ou para pecuária, porque é ali que garantimos a preservação da floresta em pé.

Então, eu acho que se fosse fazer um comparativo entre necessidade e olhando pelo lado ambiental e da sustentabilidade, o projeto de manejo deveria ser tratado com muito carinho e com mais agilidade possível, porque é ele a garantia da sua floresta ficar em pé durante vinte cinco anos e com responsabilidade do proprietário.

Não quero culpar ninguém aqui, mas uma responsabilidade bastante grande que alguns danos ambientais é do próprio órgão que, talvez, não seja hábil, dar o retorno em tempo hábil para nós trabalharmos.

Então, muitas vezes a necessidade acaba levando as pessoas a cometerem erros. Ninguém comete erro de graças, ninguém arisca ser preso sem necessidade, ou arisca sua propriedade ser bloqueada também, travando todo um sistema produtivo, sem necessidade.

Então, eu gostaria de chamar a atenção de vocês aqui para uma conscientização para que possamos realmente viabilizar essa nova Secretaria.

Srs. Deputados, eu gostaria de trazer ao conhecimento dos senhores que em todos os municípios que passamos os Perfeitos estão disposto a vir aqui para apresentarmos o esqueleto desse projeto à Assembleia Legislativa, apresentar ao Governo, até porque a nossa grande necessidade está lá no município. Se o município não tiver renda, ele não tem como se desenvolver.

Então, se é de consenso de todos os senhores, marcamos uma nova data, traremos todos os Prefeitos que fazem parte da base florestal do Estado de Mato Grosso, traremos também os representantes Deputados da nossa região. Tenho certeza que todos eles se empenham nessa batalhar que queremos vencer a curto prazo.

Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Muito bem Geraldo Bento.

Tem algumas coisas que já estão mais ou menos virando consenso, pelo menos acredito que vai virar um consenso.

Primeiro, o manejo não pode ser tratado deferente do que a agricultura, a prática do plantio de soja, de milho, que ele seja o CAR e não o LAU.

Eu acho que isso... Para uns não exige, para outros exige. Eles sabem que a LAU é um grande gargalho que atrasa para sair o manejo. Então, essa é a indicação do CIPEM e de outros, inclusive nós conseguimos fazer só com autonomia da Assembleia Legislativa.

Só a Assembléia Deputado Baiano Filho, Deputada Luciane Bezerra, Deputado Dilmar Dal Bosco - e Deputado Riva, que pediu para o Xisto ficar acompanhando, não sei se ele está aí ainda, para fazermos alguma alteração juntos -, só isso aí já ajuda, e muito, e é uma alteração que podemos fazer na Assembleia Legislativa sem nem precisar vir do Estado.

A outra alteração que escuto muito falar na área, ouvi hoje e outros dias, é que na engenharia civil o engenheiro faz o projeto e é executado sob a responsabilidade do profissional que assina. Já o Engenheiro Florestal faz o projeto, mas é outro engenheiro, o da SEMA, que tem que... Quer dizer, se ele colocou a assinatura dele ali, tem que ter validade, ou então acaba extinguida a profissão. Extingue a profissão. Porque um profissional reconhecido tecnicamente, é tecnicamente aprovado para oferecer o projeto, ele assina, mas precisa de outro engenheiro para concertar, para corrigir. É perder tempo. Tem que ganhar tempo. Então, é outra norma que podemos, dentro da Secretaria, mudar para que o projeto venha assinado pelo engenheiro florestal credenciado pela SEMA e não tenha que outro engenheiro dentro da SEMA fique inventando regras diferentes daquela que o colega colocou, até por questão de ética. Ela pode fiscalizar se tiver falhas, até cassar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

o CREA desse engenheiro. Agora, o que ela não pode é querer dizer: “Não, essa coordenada aqui está errada, está isso, está aquilo.” Isso não é o papel. Então, tem algumas alterações que podemos fazer sem precisar nem do Executivo.

A ideia da audiência com o Governador, inclusive pedi ao Presidente Riva que tentasse marcar a audiência, dizendo que estaríamos pedindo a audiência com ele, o segmento e esta comissão de Deputados que está aqui, ele vai tentar agendar e logo que tiver resposta estará nos posicionando para que possamos avisá-los. E seria importante, aquilo que o Geraldo Bento falou, mobilizarmos nesta Audiência Pública, ou no dia de votação das alterações que vamos propor na Assembleia Legislativa, mobilizarmos os prefeitos e vereadores dos municípios que têm a Base Florestal como fator importante na sua economia.

Tenho aqui alguns inscritos, então, vamos mesclar falando um da mesa e outra da plateia.

Da plateia nós temos: Sr. Wanderley Proença, Prefeito de Itanhangá; Sr. Juracy Santos, Diretor da Associação dos Analistas do Meio Ambiente da SEMA; Sr. Euclides Lima, da Cáritas do Brasil; Sr. Jesse Barros, Assessor do CREA; e Sr. José Eduardo Pinto, Presidente do Sindicato das Industrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso. Estas pessoas estão inscritas para fazer o uso da palavra, e queremos também ouvir os demais.

Como acabamos de ouvir alguém do setor produtivo, vamos ouvir o nosso Secretário Vicente Falcão, depois ouviremos o Sr. Wanderley Proença, depois vamos intercalando um da mesa e um da plateia.

Com a palavra o Exm^o Sr. Secretário Vicente Falcão de Arruda Filho.

O SR. VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO - Sr. Presidente, Deputado Percival Muniz, em seu nome cumprimento os demais Deputados presentes; o Sr. Presidente da AMEF, Joaquim Paiva de Paula; Sr. Álvaro, Engenheiro Florestal, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes; Sr. Geraldo Bento, Presidente em exercício do CIPEM; Sr. Eduardo, FORMAD; Sr. Jaldes Langer, na pessoa de quem cumprimento todo o setor de base florestal do Estado, assim como também da floresta plantada; o Sr. Fausto Takizawa; o Sr. Luiz Trevisan; aos servidores da SEMA - Sr^a Suely de Fátima Menegon Bertoldi, Srs. Elias Borges Nogueira, Kanassa Gomes Ávila, Laidi Maria Loureiro, Paulo Miguel Reno, Gonzaga, cumprimento todos os outros demais que aqui estão.

Enfim, todo mundo falou, falou, falaram de foco também, e eu quero divergir de alguns que me antecederam quando falam da Secretaria de Meio Ambiente com algumas outras divergências de conduta.

A SEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, hoje, em termos de foco - e aí eu divirjo do Presidente da AEMF - é subdividida em Superintendência justamente para que cada Superintendência, no âmbito da sua atividade, desenvolva com foco no resultado junto com a gestão gerencial, ficando uma Superintendência com essas atividades.

Olhando o programa proposto pela AMEF, da criação de uma possível Secretaria, eu também divirjo, mesmo porque parte desses programas compõe as coordenadorias que tem hoje dentro da SGF.

O objetivo da propositura dessa Secretaria Adjunta, e aí eu quero historiar um pouco mais, voltar um pouco lá atrás, falando que no ano passado, mês de novembro, fui procurado pelo Sr. Fausto, da Arefloresta, chamei a Suely, a minha Secretária-Adjunta, com um desafio de promovermos o primeiro encontro para discutirmos a questão da floresta plantada no Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Estávamos sendo demandados pelos bancos - agentes financiadores - que até então não entendiam, Deputada Luciane Bezerra, que floresta plantada é atividade agrícola. Eles entendem de forma diferente.

Então, propusemos esse desafio à Arefloresta, para que fizéssemos um seminário, e foi feito, foi debatido, e começamos a plantar uma semente de discussão para que pudéssemos ter dentro da Secretaria de Meio Ambiente, dada a *expertise* e o conhecimento que os meus técnicos têm da área, da base florestal também como floresta, para que atraíssemos essa discussão. Essa foi a ideia da propositura de uma Secretaria Adjunta de Base Florestal. Mesmo porque a Secretaria de Meio Ambiente, como bem disse o Deputado Riva, tem uma interferência, ou ela faz uma interligação com todo o sistema produtivo do Estado de Mato Grosso, quer indústrias, comércio, como também do setor do agropecuário.

Mas essas discussões referentes ao setor, e aí nós conseguimos detectar junto da própria base das nossas informações a importância do setor da base florestal para o Estado de Mato Grosso, que movimentou, no ano passado, só levantando os nossos dados, 1,8 bilhões de reais só através de GF1, GF2 e GF3.

Diante desses fatos constatados, nós propusemos, então, e o Governador Silval Barbosa deu esse total apoio, que, diante do pedido do setor, desse um verdadeiro espaço dentro da estrutura do Governo à questão da base florestal e floresta plantada. Que nós encontrássemos um caminho, mesmo porque o Estado, como é do conhecimento de todos, está equacionando as questões financeiras.

Então, para não deixarmos de movimentar essa ideia, nós propusemos a criação da Secretaria Adjunta de Base Florestal, com o objetivo, com o fito de, ao criarmos ela, abrirmos um espaço na estrutura de Governo - e quando eu falo Governo é Poder Executivo -, um local onde pudéssemos migrar todas as discussões, todos os assuntos pertinentes ao setor florestal, e aqui é floresta plantada e floresta nativa, cujo sistema de licenciamento, monitoramento, que é feito dentro do próprio órgão ambiental, pudesse ter uma visão mais clara da importância desse negócio para o Estado.

Em Rondônia hoje, o Sr. Alfonso falou, já tem um trabalho muito brilhante que está em andamento sobre a floresta plantada. Mas estamos muito mais à frente dada a capacidade dos nossos empresários da floresta nativa.

O que acontece e o que aconteceu? Se lembrarmos as diversas operações que tivemos, foram sendo criados vários mecanismos de comando de controle e de legislação para assegurar a verdadeira lisura do processo de licenciamento para evitar deslocamento de matrícula. Continuando na nossa óptica, em razão disso é que fizemos essa propositura com o Governo. Parece-me que foi a Secretaria que fez essa propositura. Primeiro, estabelecemos um marco. Dentro da Secretaria de Meio Ambiente, a transversalidade ainda dentro da base florestal, a questão de gestão florestal, quando os meus servidores, que chamo carinhosamente de universitários, os engenheiros, e todos que me corrijam, quando faço um PRADE - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, eu também faço gestão florestal e o monitoramento é dentro do órgão ambiental. Então, para nós começarmos a discutir com mais clareza, houve essa opção de criar a Secretaria Adjunta, com um cargo de assessoria dentro da estrutura do órgão, porque, demonstrada a necessidade de evoluir essa questão para uma posição de autarquia, eu não vejo razão nesse impedimento. Mas nós temos que consolidar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Hoje, uma estrutura de Secretaria, creio eu que a estrutura orçamentária e financeira do Estado não suporta. Mas suporta um início de um arco, que é uma Secretaria Adjunta de Base Florestal. Com qual fito? Como é que funcionário isso dentro do órgão ambiental?

Senhores, quem responde por tudo que Secretaria faz é o Secretário de Meio Ambiente. A delegação de competência é feita via Secretários Adjuntos, Secretaria Adjunta de Qualidade Ambiental e Secretaria Adjunta de Mudanças Climáticas. Advindo a Secretaria de Base Florestal, nós temos uma clara visão, o que é esse negócio? Vamos tratar isso como um negócio, negócio de Governo, negócio público e privado. Onde e como podemos fazer essa gestão? Onde que eu vejo, dentro do órgão ambiental, uma Coordenadoria ou uma Superintendência que pode, dentro do ato de delegação, atribuir a essa Secretaria Adjunta de Base Florestal as discussões pertinentes? E aí surge mais um desafio que eu já fiz, que é a predisposição de mudarmos a 233 inclusive para trazer o MT Florestal para dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Nós estaríamos concentrando efetivamente toda a problemática da base florestal ou da gestão florestal na sua toda integração, quer ser quando se faz gestão florestal de recuperação de área, como também a exploração dela, que é da floresta plantada, material lenhoso, que também é um problema que temos lá para discutir com a sociobiodiversidade, que é dentro da minha Superintendência de Biodiversidade.

Então, a transversalidade da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, a sua abrangência que nos fez propor ao Governador a encaminhar à Secretaria Adjunta de Base Florestal, dentro do órgão ambiental. Isso foi um primeiro passo. Não termina, não para por aí nem deve, porque o setor está consciente do seu trabalho.

O Sr. Bento falou da questão de entrar tudo num mesmo lugar de gerenciamento. Ora! Na parte da indústria e comércio tem o setor de suínos e também na parte de águas tem o setor de outorga, que é recursos hídricos. São duas superintendências distintas que analisam. E isso, na questão da agropecuária como um todo, fica propriamente dito na Superintendência de Gestão Florestal.

Então, senhores, dentro dessa dinâmica... E tem mais umas coisas que o Deputado falou com muita propriedade, sobre a questão de pressão que todo mundo exerce, e o Deputado Riva também mencionou, no Estado de Mato Grosso. Hoje sou o Secretário Executivo do Secretário de Meio Ambiente da Amazônia Legal; estamos discutindo a Rio+20; e qual é a proposta? O Governo brasileiro já apresentou essa proposta. Com certeza a fatura irá para os Estado amazônicos, então estamos fazendo esse movimento, estamos pressionando o Itamarati, o Governo Federal, para que abra, dentro da lógica de negociação que impõe um tipo de evento como esse, um espaço para os Estado amazônicos pleitearem ou reivindicarem.

Exemplo: Protocolo de Kyoto, duas milhões de toneladas de emissão de CO₂, que foi negociado no Protocolo de Kyoto. Quem reduziu a metade para o Brasil foi a Amazônia Legal. Foi quem? Foram os Estados da Amazônia Legal. E quem pagou a fatura, quem alcançou parte dessa meta fomos nós da Amazônia Legal. E o que veio para nós? Qual foi o benefício alcançado? Nenhum.

Então, precisamos dotar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente dessa Secretaria Adjunta, porque ela tem essa interferência, essa transversalidade com tudo o que se faz e se produz no Estado, para que nós possamos ter a clara visão do negócio, do ponto de vista de fomento, de monitoramento, de fiscalização e tratar a gestão florestal como gestão florestal, e não só produção de madeira nativa, não só produção de madeira plantada, mas o seu conjunto. E aí envolve RED-Redução de Emissões por Desmatamento, emissão e envolvem outras discussões que permeiam a questão da floresta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Um jovem me apresentou um trabalho muito interessante nesse sentido aqui em Mato Grosso. Mas onde aonde vamos discutir isso?

Então, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente tem lá um setor que cuida dessa discussão sobre o RED, o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação). Temos também o Fórum de Mudanças Climáticas, que está vinculado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Então, estamos buscando, com essa visão, alcançar todos os segmentos. Não é querer ser melhor, mas sim buscar o melhor e concentrar para que possamos, numa visão bem holística de gestão pública em parceria com a privada, alcançar o melhor para o Estado de Mato Grosso no que toca a gestão florestal.

Outro ponto que foi colocado e do qual volto a falar: Na SEMA, hoje, estamos fazendo um processo de *upgrade*, que eu diria de renovação das ideias que vinham sendo colocadas ao longo do tempo. Por exemplo, hoje nós caminhamos para termos 100% do nosso Licenciamento Ambiental Digital. Começamos o primeiro passo. Hoje todo o Cadastro Ambiental Rural - CAR é emitido eletronicamente.

Ontem, e me senti muito feliz, um Presidente de um Sindicato Rural me ligou para me cobrar o CAR de seis propriedades rurais. E eu disse a ele: Você já ligou para engenheiro para ver se não está no email dele? Então, hoje, a SEMA não emite mais nenhum CAR. É o profissional que entra com o processo de licenciamento e que emite lá no seu escritório ou de quem ele cadastra o email para receber. Como também a SEMA não emite Termo de Ajuste de Conduta-TAC de Área de Preservação Permanente Degradada-APPD. É tudo eletronicamente. E isso nós conseguimos em menos de três meses, quatro meses.

Precisamos melhorar o nosso sistema de monitoramento SIMLAM-Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental. E tem razão o Sr. Bento quando fala que cai tudo num só lugar. O SIMLAM foi pensado para fazer o sistema de monitoramento de licenciamento de propriedade rural, mas ao longo do tempo, não sei quais as razões, não discutirei isso aqui, todo documento processado para o órgão ambiental passa por dentro do SIMLAM, entra dentro do SIMLAM.

Então, hoje, nós estamos trabalhando junto com a Secretaria de Administração, com o CEPROMAT, para usarmos o sistema SAD de acompanhamento de processo, que alguns já fizeram, para separar atividade finalística do órgão, que é a questão do monitoramento, da fiscalização, ou atividade finalística, que é licenciamento, também, para que fique só dentro do SIMLAM. E aí o que ocorre? Melhora a qualidade do sistema, dá mais confiabilidade e quem utilizar o sistema SAD digitará o número do processo. Mesmo ele sendo da atividade finalística, o sistema da SAD ou do CEPROMAT vem dentro do SIMLAM e busca as informações. Aqueles processos de aposentadoria, de requerimento de informações, de licença-prêmio ou outros afins que não sejam da atividade finalística do órgão continuam tramitando normalmente dentro do sistema SAD.

Quanto à questão do CAR que o Deputado Percival Muniz falou que é um consenso realmente é um consenso e nós já fizemos esse enfrentamento aqui por meio da Câmara Técnica. Eu ressalto que o Deputado Riva disponibilizou o Dr. Xisto Bueno para nos auxiliar.

A Câmara Técnica debateu e apresentou as propostas de alteração das Leis Complementares nºs 38, 232, 233 e 343. Nós formatamos esse processo dentro da Secretaria e o encaminhamos à Casa Civil para que a mesma encaminhe à Procuradoria-Geral do Estado para receber o parecer jurídico e, depois, o Governador enviar à Assembleia Legislativa criando o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

mecanismo. Qual seja? O cidadão produtor faz o CAR e define: “Vou fazer manejo.”. Daí ele sai com o manejo. Ele não terá que esperar a emissão da LAU para fazer o manejo.

Mas e aí? Aprovou! Os decretos que regulamentam são quatro que, também, estamos alterando em razão dessa medida. Eles já estão prontos. Nós estamos esperando a aprovação da lei para apresentar ao Governador a proposta de decreto, bem como os procedimentos internos no sistema de monitoramento do órgão, também, estão aguardando justamente para darmos o *start*.

Então, assim que esse processo evoluir, nós acreditamos que os prazos que o Deputado mencionou sobre quarenta, sessenta dias... Se não tiver nenhuma irregularidade, eu creio que alcançaremos esse objetivo.

E não acontecer como aconteceu, agora, Deputado. Para Vossa Excelência ver: cinquenta e um processos de pedido de manejos foram vistoriados e desses dez apresentaram pendências, mas não impediram de a vistoria ir lá. Só que, pasmem, informou a minha área técnica que há nove processos que há mais de trinta dias não responderam as pendências. Ou seja, a vistoria foi, fez o seu trabalho, o órgão fez o seu trabalho. Quem ficou ausente nisso? O profissional encarregado de responder a pendência. Resumo da ópera: o processo foi para o arquivo aguardando esse profissional responder.

Eu espero... A lista está aqui, mas não declinarei nome de ninguém por uma questão de ética. Mas serve, também, como alerta.

Eu reconheço que nós temos as nossas deficiências. O nosso pessoal técnico procura dar o seu melhor. Nós enfrentamos problemas de greve, mas isso não impediu - e aí resalto a qualidade dos meus técnicos, a disposição deles -...

Em 2010 foram 215 AUTECS - Autorização de Exploração em Área de Manejo liberadas; em 2011, com tudo aquilo, Deputado, foram 309. (01:37). Nós saltamos de área liberada de cento e cinquenta mil para cento e noventa e quatro mil; de três milhões para quatro milhões e meio do volume de metro cúbico de madeira liberada para trabalhar. Ou seja, isso nos credenciou a 1.8 bilhões de reais de movimento no Estado. Mas isso é só uma parte de tudo que a Secretaria está fazendo.

Só para ter mais alguns dados, se me permitem: se considerarmos o CAR acima de cento e cinquenta hectares, hoje, só nesses três meses, já foram oitocentos e noventa e um e no ano passado foram mais de cinco mil. Agora, a proporção de área: hoje, nós temos mais de treze milhões de hectares na base cadastral do órgão ambiental. Não existe no Estado brasileiro nenhuma Secretaria de Meio Ambiente que tenha mais de doze milhões de hectares na sua base sendo monitorados. Nós temos feito a fiscalização e descoberto algumas coisas na questão do desmate desagradável, ou seja, pessoas que autorizam o CAR, mas não autorizam o desmatamento. Ele tem duas matrículas. Ele faz de uma e desmata as duas. A nossa fiscalização esteve em campo, andou e nós, ainda, nos surpreendemos com esse tipo de atividade.

Foram mais de cinquenta e quatro pontos de desmatamento ilegal no Estado de Mato Grosso. A SEMA aplicou vinte nove milhões de multa. Eu não gosto de falar disto, porque parece que: “Ah, legal!”. Não! Seria bom se não fosse! Eu queria dizer aqui: olha, a fiscalização andou de janeiro a março com os dados do DETER para fazer essa verificação e não encontramos nenhuma irregularidade. Nós encontramos, apenas, uma. Mas encontramos irregularidade. Isso faz parte do foco da Superintendência e não da SEMA.

A SEMA não parou por conta dessa fiscalização assim como não parou por conta do trabalho da SGF. É aí a diferença que vejo da questão gerencial global sistêmica que nós fazemos quando você transfere isso para cada Superintendência. Então, é nessa hora que faço essa ressalva.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Então, Srs. Deputados, senhoras e senhores, a proposta, enfim, de termos a Secretaria Adjunta de Base Florestal dentro do órgão ambiental é justamente para isso: para que nós possamos convergir o que nós temos de melhor aproveitando as pesquisas dos nossos técnicos, a experiência de quem tem mais de vinte e cinco anos de Secretaria, como profissional; dos jovens que começaram há um ano, dos cento e poucos funcionários que foram engenheiros florestais e fizeram parte, para que possamos juntamente com os profissionais da área que trabalham com os empresários para começarmos a estabelecer uma linha de atuação para o setor.

Ela vai nos determinar, Deputado, eu creio que em um ano, doze meses, eu não gosto de falar de prazo, que o caminho é esse ou se nós devemos ampliá-los ou fortalecê-lo. Porque se nós errarmos a mão; se criarmos uma Secretaria e, depois, nós vemos que não dá peso para uma Secretaria, mas, sim, para um instituto ou para uma autarquia, qualquer que seja, será prejuízo enorme para o Poder Público, para os usuários e para todo o sistema do Poder Público.

Eu gosto sempre... Eu adotei um passo de cada vez. Vamos trazer as problemáticas e discutir.

Então, primeiro passo, é Secretaria Adjunta para que ao entrarmos dentro do órgão olhemos lá: é esta coordenadoria; é esta coordenadoria; é esta coordenadoria. É delegação do Secretário. E se precisar pegar da biodiversidade, da SMIA, da SGF, da SUIMIS, vai formar uma Superintendência ou duas ou três por delegação. Madurou, nós avançamos nisso, podemos absorver o MT Floresta dentro da estrutura com uma nova roupagem mudando a 233. Absorvemos e aí vamos saber qual é a densidade que o setor tem, que o Estado precisa para sair de uma Secretaria Adjunta para algo maior e de que forma faremos isso, Deputado, que é o mais importante, com poucos recursos e máximo de resultado.

Esse é o grande desafio! Por isso, nós fizemos essa proposta! Um passo pequeno, não ousado, mas forte, conciso, para que não possamos retroagir nesse processo. Porque se retroagirmos o prejuízo será grande e se obtivermos êxito será prêmio para todo mundo na toda transversalidade que essa atividade, que esse setor exige e precisa de reconhecimento por parte do Poder Executivo, como, também, do Poder Legislativo.

É isso! Obrigado!(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Eu agradeço a participação do Secretário Vicente Falcão de Arruda Filho.

Foram interessantes as suas observações e no momento oportuno nós vamos analisá-las com mais detalhes.

Queremos agradecer a presença do Secretário José Domingos Fraga e do Deputado Wagner Ramos.

Fiquem à vontade! Se quiserem fazer parte da mesa, fiquem à vontade! Os lugares de Vossas Excelências sempre estarão reservados.

Nós vamos agora intercalar: ouviremos uma pessoa da mesa; depois, ouviremos uma pessoa da plateia.

Passo a palavra ao Sr. Vanderlei Proenço Ribeiro, Prefeito de Itanhangá; depois a Deputada Luciane Bezerra; o Sr. Juracy e o Deputado Baiano Filho.

Com a palavra, o Sr. Vanderlei Proenço Ribeiro. (PAUSA)
(PARTICIPANTES RESPONDEM FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Não se encontra.

Com a palavra, o Sr. Juracy da Silva Santos Filho, Diretor da Associação dos Analistas de Meio Ambiente da SEMA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. JURACY DA SILVA SANTOS FILHO - Boa-tarde a todos!

Agradeço ao Deputado pela iniciativa desta Audiência Pública para tratar de um tema tão importante.

Eu quero lembrar que os problemas da SEMA não dizem respeito somente a base florestal, eles são bem mais amplos.

Gostaria de agradecer a presença dos colegas. Vejo aqui bastantes colegas, aqueles que ocupam cargos em comissão e aqueles que não ocupam. Então, agradeço a presença de vocês.

Parece-me que o momento aqui é mais de perguntas e eu não teria como ler aqui o discurso. Eu vou tentar ser sucinto e ao final farei uma pergunta objetiva para o nosso Secretário.

Pelas palestras que ouvi aqui, parece que a angústia do setor de Base Florestal diz mais respeito à demora na liberação das licenças e autorizações por parte da SEMA. Também eu entendi nas palestras que há também uma necessidade urgente de criação de uma entidade para ver a parte de tecnologia e fomento. Parece-me que são essas duas coisas.

Na fala do Secretário, parece que ele tenta unir as duas partes.

O que eu queria dizer é o seguinte: nós Analistas de Meio Ambiente, reunidos em nossa associação, nos reunimos na semana passada, entendemos que no caso específico da liberação de licenças e autorizações não vemos necessidade de criação de mais uma Secretaria Adjunta na SEMA.

Hoje a SEMA tem duas Secretarias-Adjuntas: a Secretaria Adjunta de Mudanças Climáticas, que está subordinada a SGF e cuida, na sua maior parte, de demanda na sua maior estrutura física orçamentária justamente para atender o setor de base florestal.

O que falta é reestruturar esse setor, dotá-lo de estrutura tanto em nível de pessoas, quanto de equipamentos, de instalações, para atender inclusive essa demanda do setor de base florestal.

Só para lembrar, nós temos um concurso público que foi feito na SEMA, ano passado, que está vigente. Dependendo da necessidade de pessoas e do interesse do Governo, eu acho que pode, neste momento, se quiser, chamar essas pessoas para estar fortalecendo o setor e agilizando a liberação dessas licenças e autorizações.

Com relação a outro sentido da coisa, que seria, no meu ponto de vista, de melhorar tecnologicamente o setor de base florestal, eu queria parabenizar a fala do Dr. Fausto, representante da Associação dos Reflorestadores, que foi muito inteligente na hora que colocou: “necessariamente não precisa se criar estruturas, porque dá para trabalhar de forma inteligente com o que se tem”, e citou vários exemplos.

Só para finalizar a minha fala, Deputado, há pouco tempo eu disse aqui que os problemas que travam a SEMA não travam só o setor de base florestal. Eu que estou lá há dezoito anos, vejo que todos os setores fins da SEMA que oferecem serviço para a comunidade de certa forma estão meio travados por conta da estrutura do órgão.

O que nós entendemos lá? Só para se ter uma ideia, no ano passado, o Secretário, na época, em dois momentos criou na SEMA, de forma extraoficial, duas comissões para elaborar um projeto um projeto de reestruturação da SEMA, considerando-a como um todo.

Nós estávamos na esperança - nós ali dando essa contribuição em nível de sugestões - de que a SEMA poderia melhorar. Mas houve alteração de comando e nós não escutamos mais falar sobre o assunto. Eu acho que morreu aqui.

Nós gostaríamos de oferecer como proposta que a SEMA criasse uma comissão para elaborar uma proposta de reestruturação do órgão, aí considerando a base florestal, setor de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

serviços, enfim, tudo que por ali passa. E que essa comissão fosse formada por funcionários da casa e por representantes da sociedade civil. Eu acho que nós, que estamos ali dentro vendo os problemas do dia a dia, temos muito a contribuir para essa proposta de reestruturação.

O Sr. Vicente Falcão disse que com a criação dessa Secretaria Adjunta não atrapalharia o andamento de outros setores da SEMA.

Eu entendo que criando essa nova Secretaria Adjunta vai precisar de pessoas. A pergunta que eu faço para o senhor é a seguinte: De que forma seria a contratação dessas pessoas? Seria chamando pessoas do concurso ou seria por meio de uma OCIP, que hoje está lá, ou por meio de cargos comissionados? Enfim, essa é a minha pergunta. Não dá para tirar pessoas dos setores, porque não tem. Não está dando conta.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Vai anotando, depois o senhor responde todas as perguntas.

Foi interessante a fala do Sr. Juracy.

Nós vamos, cada um, responder as dúvidas expostas por ele aqui.

Vamos ouvir a Deputada Luciane Bezerra,

A SR^a LUCIANE BEZERRA - Boa-tarde a todos e a todas!

Em nome do Deputado Percival Muniz, cumprimento os componentes a mesa; em nome do Sr. Geraldo e também do Álvaro, cumprimento a CIPEM e todos os representantes; em nome do Vanicley e do Sr. Lucimar, de Juara, cumprimento todos os presidentes aqui; em nome do Sr. Vicente Falcão, Secretário da SEMA, cumprimento todos os funcionários e participantes.

Quero dizer que não tem uma Secretaria do Governo do Estado que nós podemos falar que está funcionando e está a contento da população hoje, mas a SEMA em especial é preocupante porque envolve o setor produtivo do Estado de Mato Grosso, setor que gera a economia do nosso Estado.

Quando tínhamos o governo passado que diretamente era do setor produtivo, se esperava uma reestruturação. Não aconteceu. Melhorou em vários outros segmentos, mas infelizmente a SEMA ficou em décimo plano dentro da Secretarias.

Hoje que temos também um Governador que é do interior, que é onde vivenciamos as dificuldades que o setor madeireiro passa, não vamos dizer só da economia, mas o que gera emprego hoje na nossa região do nortão é a base florestal, também não vemos empenho nenhum desse Governo para fazer as mudanças necessárias.

Antes de falar alguma coisa sobre o Governo específico, eu gostaria de aqui parabenizar o Secretário Vicente Falcão, toda sua equipe, a Suely e o Elias, em nome de todos os outros técnicos aqui, pelas mudanças que vocês já estão executando na SEMA com muita dificuldades. Acompanhamos as dificuldades que vocês têm, mas estão preocupados em pelo menos tirar a imagem negativa que SEMA tem hoje no Estado de Mato Grosso.

Hoje no Estado de Mato Grosso, quando se refere à SEMA - até escrevi aqui para não esquecer - cria-se dificuldades para vender facilidades e usa-se a política do quanto pior melhor. Isso é o que tudo mundo hoje fala de SEMA, desde engenheiro, produtores, funcionários e todos os outros que precisam desse órgão.

Mas tem pessoas lá dentro que estão querendo melhorar, que estão com vontade de fazer, independente de se o Governo está fazendo a sua parte ou não, mas enquanto órgão, enquanto Secretaria, têm pessoas que estão pensando em melhorar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Então, parabéns a vocês que estão tentando mudar essa imagem que a SEMA tem hoje.

Agora, quanto ao Governo, Vicente Fação, Deputado Percival Muniz, e a todos aqui presentes, não adianta falar em SEMA hoje se o Governo do Estado não tirar a mão do bolso e investir na SEMA. Estamos chovendo no molhado nesta Audiência Pública. Temos que conversar com o Governador, o Governador tem que fazer um plano do que ele quer para SEMA, valorização de funcionários, tratar ali dentro todo mundo com respeito. Tem funcionário aqui, técnico, que vai para vistoria sem um real no bolso, tendo que bancar do seu salário, sem condições de trabalho, entrando em mata e nós madeireiros - eu digo nós madeireiros porque sou madeireira - não podemos nem ajudar com um carro, com nenhuma estrutura, porque isso caracteriza, Deputado Percival Muniz, que estamos influenciando esse técnico em sua decisão. É um absurdo!

Então, que o Governo dê condições para que a SEMA trabalhe, para que esse técnico vá fazer a função dele.

Hoje os problemas não estão nos técnicos; estão na morosidade da SEMA.

A SEMA vem passando por dificuldades de fiscalizações constantes - sabemos disso. Culpa ou não, isso o Ministério Público e a Polícia vão identificar.

Agora o que nós temos que entender dentro da SEMA é que os técnicos... Quando Vossa Excelência falou, Deputado Percival Muniz, dessa mudança quanto a um técnico não assinar o que o outro técnico falou é a inconsistência, é a insegurança que os técnicos estão tendo dentro da SEMA. Como vamos melhorar isso? Não é através de lei. É através do Governo dando estrutura a esse técnico para que ele tenha um respaldo jurídico, se ele assinar, para dar mais agilidade ao processo. Se não tiver uma estrutura jurídica para amparar esse técnico, pode ter lei, pode ter o que for, ele não vai assumir a assinatura que outro técnico fez.

Quando você fala o que é a SEMA, em tudo você vê que é o Governo que tem que ter a responsabilidade de pegar a SEMA e reconhecer a importância que ela tem.

Nós estamos aqui falando, eu não vou falar sobre o que hoje estamos encarando na pauta.

Rondônia já igualou com o Mato Grosso, mas estavam querendo aumentar, a SEFAZ, a pauta da madeira porque Rondônia igualou conosco. Aí vamos aumentar. Mas o Pará continua bem abaixo, usando as nossas rodovias, as nossas estradas, sem fiscalização, sem nada.

É um absurdo o que acontece no Estado de Mato Grosso quando se fala em Secretarias! A SEFAZ hoje está para arrecadar e arrecadar.

O Estado de Mato Grosso hoje está passando por dificuldades financeiras. É o Estado que mais cresce, tem produtores e produtores colocando a mão do bolso para investir nos seus negócios, pois vieram pra cá há muito tempo para desbravar o nosso Mato Grosso. Agora os novos produtores estão vindo pra cá.

Então, não é problema financeiro que nós temos no Estado de Mato Grosso, é problema de gestão. O Governo tem que saber para onde vai. Se ele não souber qualquer lugar serve. Isso é bíblico. E o Estado de Mato Grosso não tem isso.

Então, se acontecer uma audiência com o Governador, acho que será o que vai resolver o nosso problema, não totalmente, mas para boa parte da SEMA vai ser isso, porque há um descontentamento geral dentro da SEMA, um descontentamento geral dos funcionários, um descontentamento geral dos produtores, e um descontentamento geral até mesmo entre os próprios Secretários porque é um jogo de empurra-empurra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

No começo do ano a SEMA teve o seu orçamento contingenciado pelo Governo. Quando fomos reclamar, nós aqui representantes da população, sobre as vistorias que não estavam acontecendo, estava acabando o período das chuvas, todo mundo tendo que trabalhar e não tinha como fazer as vistorias, o orçamento da SEMA estava contingenciado pelo Governo. Ou seja, é mínimo.

No ano passado, não é Secretário Vicente Falcão, já diminuiu o orçamento da SEMA. Foi uma luta dentro da Assembleia Legislativa e não conseguimos reverter.

Aí falam: “A Deputada é contra a Copa!” Não sou contra a Copa. Só sou contra esses desmandos que estão acontecendo no Mato Grosso e a SEMA é uma das grandes vítimas hoje que nós temos.

Então, hoje não são os funcionários da SEMA, não é o Secretário, não é isso! É o Governador que tem que ter ciência do que ele quer para o setor produtivo do Mato Grosso, e essa preocupação passa 100% pela SEMA. Todos nós dependemos da SEMA, até mesmo para furar um poço, quanto mais para tirar um manejo!

Só para concluir, serei bem breve porque têm mais pessoas, eu queria deixar uma opinião ou sugestão aqui. Com relação aos manejos, se tem alguma condição de análise ou de alguma coisa para priorizar, não digo passar na frente, mas dar uma atenção especial aos manejos de quem realmente gera emprego, que são os madeireiros que têm a sua empresa, que serra, que lamina, que emprega, que gera imposto, esses, porque hoje o manejo no Estado de Mato Grosso está virando comércio, as pessoas estão vendo o manejo como forma de ganhar dinheiro e quem realmente precisa dele para trabalhar e por o pão de cada dia na família, e o pai de família ter a sua condição de sustentar seus filhos, é o setor madeireiro, mas o madeireiro que tem serraria e tem laminadora.

Então, é só isso que eu queria deixar, esse atento para que valorize essas pessoas que estão gerando emprego. Que o manejo deixe de ser uma forma de ganhar dinheiro e que principalmente dentro da SEMA saia quem tem o QI, que é “Quem Indica”.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Muito bem, Deputada! Nobre representante de Juara, Médio Norte e Norte do Estado, e do setor da mulher também.

Deixe-me colocar uma pergunta aqui para todos ajudarem a responder: por que não libera o manejo, Secretário Vicente Falcão? Depois Vossa Excelência responde. Ao invés de ficar vistoriando e fiscalizando antes, o técnico apresenta, aprova e fiscaliza, se achar problema fecha (PALMAS).

Veja bem! Veja bem! Vamos fazer uma reflexão aqui: o Banco libera um dinheiro para o senhor; o senhor contrata um técnico; ele faz o projeto, junta a certidão; e o banco coloca o dinheiro na sua conta. Isso não impede que ele fiscalize a aplicação. Se ele fiscalizar e achar desvio, ele te pune. Mas dinheiro, que é mais difícil dele te dar baseado só na certidão... Porque o engenheiro florestal apresenta o projeto ao órgão, analisa se a documentação está toda completa e averigua. Isso não impede de fiscalizar e punir, até porque o que não falta é obra para fiscalizar essa área. É IBAMA, é federal, é SEMA! O que tem de gente que aparece e que faz pirotecnia nessa área para sair na televisão, papapá. É rambo, esses rambos modernos todos cheios de armas para lá e para cá; é helicóptero em cima. Quer dizer, é uma pirotecnia para aparecer, e a televisão vai lá junto.

Esses dias, vou fazer um comentário aqui para descontrair, eu estava assistindo o MTTV e saiu uma matéria assim: Desbaratado, não sei o que numa região lá. Seis helicópteros num garimpo, mas não era um garimpo, eram três barracos de pessoas, garimpeiros simples, gente simples, mulher quase sem nada, crianças descalças. Um massacre! Seis helicópteros, coronéis

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

fardados, todos musculosos, um povo todo cheio de pose para aqueles brasileiros famintos, miseráveis e abandonados!

Para aquilo ali, se pegasse qualquer fiscal, qualquer agente do correio, qualquer funcionários e mandasse uma notificaçãozinha dizendo: “Não pode mexer com isso aí”, ele não mexia! Um funcionário poderia chegar de bicicleta lá e falar: “Olha, tem uma ordem aqui que é para não poder abrir mais, não mexer mais aí, porque está ilegal.” Parava! Bastava uma pessoa só ir lá, de burro ou de jumento, e falar: “Está aqui a ordem, assinada pelo Secretário”. Mas descem seis helicópteros, um monte de televisão, aquelas mulheres sem dentes, coitadas, crianças apavoradas, sem saber o que fazer, com aquele monte de polícia, com aquele monte de televisão, e eles estava lá na beira de um córrego arrancando um cascalhozinho para poder tentar pegar alguma coisinha. Quer dizer, aquilo me deu uma revolta e eu fiz um discurso aqui na Assembleia Legislativa daqueles de quebrar a mesa do microfone.

Eu fico indignado com isso. Que nação mais perversa com essas autoridades nossas? O que custa chegar lá, mandar um assistente social e falar: “São quantas crianças aqui? Três pais de família, mais mulher e crianças. Aqui não pode fazer isso, meu filho. Cadastre-se no bolsa família do Lula, o que vai dar um dinheirinho para cada um de vocês. Arruma uma casinha da Minha Casa, Minha Vida.” Dá uma para cada um e pronto! Uma casa, um salário e pronto! Acabou e sai todo mundo feliz. Mas não, manda polícia!

E aí eu vi no mesmo jornal os assaltos a bancos, no mesmo jornal pela manhã: Quadrilha não sei o quê. O novo Cangaço prende não sei quem e assalta três, quatro agências na cidade tal. E tinha apenas uma viatura velha sem gasolina. A primeira coisa que eles fizeram foi apreender a viatura lá dentro da Delegacia mesmo. Pronto!

Então, você vê, para a segurança da sociedade não tem dinheiro, não tem nada, não tem nem combustível para as viaturas! Mas para fazer essas pirotecnias para justificar seus salários e profissionais caríssimos, aí mandam seis helicópteros descendo numa beira de campo de futebol. Aquele pepê e pepê. Aquele satisfação da Diretora do IBAMA: “Nós proibimos, nós acabamos.” A satisfação do Coronel do Exército: “Nós participamos dessa grande missão para abafar uma ação criminosa contra o meio ambiente.” Aí vem o outro da SEMA... Me deu uma vontade de não ser brasileiro! Uma indignação com aquilo!

Então, eu vejo isso para poder voltar as minhas palavras, Falcão. Por que não aprova? Aprova! Vamos confiar! Ao invés de primeiro fiscalizar para poder autorizar, acredito que todo mundo é sincero e sério, libera - é igual a essas outras coisas -, libera e continua a fiscalização normal. Se identificar falhas, pune, manda fechar, cancela a autorização. Agora amarra todo o segmento e aí não tem dinheiro para poder fazer a vistoria e não consegue liberar.

Estou plantando na terra e estou falando isso, só uma observação, como desabafo aqui. Vossa Excelência pode chamar o próximo. Eu sou plantador de terra e estou fazendo a integração: agricultura, pecuária e floresta. Coisa mais bonita! Minha terra com quatro anos garrotada de baixo, comendo na sombra, capinzão bonito, porque nós adubamos ali, então está bonito, coisa linda. Tentei conseguir um financiamento, mas até agora não consegui um real de financiamento. Aí, eu tentei pegar o financiamento para coisa que é só papel e saiu. Mas quando é real não sai. Aí eu queria queimar, porque eu destoquei a área todinha e ia fazer carvão... Era pasto aberto há quinze anos, dentro do bioma amazônico. Queria juntar aqueles tocos e fazer carvão, gerar um empreguinho. Mas não consegui autorização! Olha, eu não tenho autorização para aproveitar o carvão daquilo que foi cortado há dez anos, há quinze anos.

Quer dizer, a sociedade não aguenta mais pagar impostos e não ter seus serviços.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Eu recebi a visita de um rapaz do INDEA e fiquei muito contente. “Olha! O rapaz não cadastrou a produção de soja deste ano.” Opa, eu vim aqui para cadastrar. “Que maravilha! Teve ferrugem?” Não teve. Em dez minutos preencheu. Caminhonete branca do INDEA. Falei: Até que enfim um serviço público.

Aí você vê o fiscal da SEMA: “Desliga e tira a bagagem todinha.” Poxa, cara, a bagagem todinha? “E pode abrir o fundo lá.” E lanterninha para um lado e arma para o outro.

Não! Não é isso que contratamos. Nós contratamos a SEMA para ela ir lá e dizer: “Olha, se não tem a documentação, vamos fazer aqui. Está aqui, vamos legalizar e vamos autorizar.” Assim que se faz com quem produz.

Quem paga, quem contrata as autoridades é o povo. A autoridade tem que ir até o povo: “Vamos lá, vamos legalizar tudo, viemos aqui para isso.” Faz igual ao rapaz do INDEA: “Vocês perderam o dia 15, não cadastraram, mas nós vimos lá e viemos aqui. Preencha aqui, papapá e papapá.” Pronto! Aí sim é serviço público.

Agora, o serviço de ficar... Não autoriza a legalizar e pega você não legalizado para fazer pirotecnia para prender. É um inverso! É o poste mijando no cachorro e a água passando por cima da ponte. Está tudo errado!

Vamos ouvir agora uma pessoa que entende mais do que eu, o representante do Cáritas do Brasil, Sr. Euclides Lima.

O SR. EUCLIDES LIMA - Boa-tarde a todos.

Cumprimento aqui o Sr. Presidente, Percival Muniz; o nosso Deputado Dilmar Dal Bosco; a Deputada Luciane Bezerra, nossa querida representante feminina; os Prefeitos na pessoa do Prefeito de Nova Maringá, cuja representação aqui é enorme; os senhores técnicos da SEMA; e demais autoridades presentes.

Hoje, eu estou falando na qualidade de Presidente de uma Associação Internacional que se chama Cáritas, que tem origem no Vaticano, de combate à pobreza e à inclusão social, assumida no Brasil pela CNBB e na Diocese de Cuiabá pelo nosso Bispo Dom Milton.

Eu fui primeiramente indicado por Dom Milton e, depois, eleito pelas pastorais sociais.

Eu diria que nós estamos de parabéns aqui, em Mato Grosso. Viva o Estado de Mato Grosso, porque somos, ainda, detentores de uma enorme floresta e isso nos credencia junto ao País e ao universo a uma grande potência. Uma potência não só de agronegócio, mas de vida, de vida permanente, vida no ar.

É isso que nos interessa, pessoal!

Eu fico entusiasmado quando vejo pessoas como o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Percival Muniz, um homem que conhece Mato Grosso, que iniciou sua vida agropastoril em Rondonópolis. Esteve aqui, digamos, comendo um pouco daquela massa que o diabo amassou logo no início da entrada da agricultura aqui, em Mato Grosso. Eu sei, porque vim para cá em 1982 e quando percorria este Estado via a dificuldade que era nos trasladarmos por essas estradas. Nós saíamos daqui, de Cuiabá, e chegávamos a Nobres ou, no máximo, ao Poso Gil à noite, se saíssemos daqui de madrugada.

Então, hoje, nós estamos vivendo em um céu praticamente com relação ao adiantamento de transporte e etc. Só que nós vemos a coisa não funcionar de certo ponto na proteção dessa grande riqueza que temos com relação a nossa floresta.

Nós sabemos que existe uma biodiversidade enorme nessa floresta que, muitas vezes, está sendo jogada fora por desmazelo das nossas autoridades, tanto o INCRA, como a SEMA,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

como a FEMA e etc. Por quê? Porque não há agilidade suficiente como o Presidente aqui falou. Não há agilidade das nossas autoridades com relação a isso.

Foi criado no, então, Governo do Presidente Fernando Henrique um sistema de controle aéreo chamado CIVAN. E pergunto: Gastamos doze bilhões pagando uma firma que se chamava ERON, dos Estados Unidos, e cadê o CIVAN? O que mais vemos na televisão é que ao final do sexto mês de cada ano a estatística era: baixou o número de incêndios em Mato Grosso. Parabéns! Mas, agora, Alta Floresta saiu do *ranking* das cidades proibidas de conceber convênio, digamos, de fazer convênio com o governo porque não há um índice grande de queimada.

Meu Deus do céu! Nós não podemos nos contentar com uma queimada sequer. Não podemos aceitar uma queimada simplesmente por queimada. E quem queima? Muitas vezes, são aquelas próprias famílias que foram autorizadas. Por quê?

Eu até selecionei aqui: os pequenos produtores queimam. Queimam, sim! Mas por que eles queimam? Porque eles são assentados lá e abandonados ao bel prazer na situação. Se estão lá a quilômetros e quilômetros de distância e chega o momento de fazer o acervo, de fazer a... Tem que queimar. Por quê? Porque tem que sobreviver.

Onde os técnicos da SEMA ficam? Ficam lá na barraca. Eles têm que ficar na barraca esperando e falarem: “Agora é hora! Vamos lá! Vamos a campo e vamos queimar. Ou não vamos queimar este ano. Este ano ensinaremos técnicas de como evitar queimadas.”. É possível? É possível!

E aí a nossa Deputada falou muito bem: tem que haver dinheiro. Por que para cobrar o nosso imposto sequencial todo ano tem superávit de arrecadação no imposto federal? Por quê? Porque eles investem. Há um investimento maciço e há retorno. Onde há investimento maciço das autoridades há retorno.

Eu concordo com o colega da SEMA que falou que não seria necessária a criação de outra autarquia, de outra Secretaria. Eu digo: não seria, mas do jeito que está eu concordo com o Deputado Percival Muniz, Presidente desta Audiência Pública, precisa sim. Porque se a Secretaria criada ajudar na facilidade do manejo já bastará; se liberar logo o remanejamento... Porque o remanejamento é uma questão legal e correta de fazer a fixação das árvores no nosso solo. E nós precisamos dessa biodiversidade permanente. Por quê? Sabemos que o Estado brasileiro é um Estado voraz na questão de arrecadação. E outros impérios de negócios vêm como as pessoas que vivem diretamente da exploração de hidrelétricas e de mansinho nós perdemos a nossa biodiversidade. Por quê? A hidrelétrica, também, mata; a hidrelétrica, também, gera carbono e nós ficamos nessa: não temos condições de ter alternativas.

Então, por que não, por exemplo, pararmos um pouco com a ideia fixa de hidrelétrica e olharmos para energia solar dentro das nossas cidades? Por que não olharmos para a energia eólica dentro das nossas cidades? Cadê os engenheiros dos serviços urbanos que deveriam colocar em cada casa uma placa solar e em um conjunto habitacional um gerador de placas solares para evitar a devastação por meio de hidrelétrica .

Fica aqui a minha indignação e minha sugestão, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Muito obrigado o senhor!

Muito obrigado mesmo!

Vamos ouvir o Presidente da FIEMT, Sr. Jandir Milan.

O SR. JANDIR MILAN - Boa-tarde, Deputado Percival Muniz; boa-tarde,

Deputada!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Cumprimentar os madeireiros, Presidentes de Sindicatos e agradecer ao Deputado Percival Muniz por ter encampado essa ideia.

Eu acho, Deputado Percival Muniz, que essa mensagem do Governador realmente é muito boa, mas nós temos que aprimorá-la.

Ele está querendo criar uma Subsecretaria, mas eu entendo, Deputado Percival Muniz, que o setor madeiro do Estado de Mato Grosso, de base florestal, é um setor que terá uma importância muito grande nos próximos dez anos. Hoje, nós somos o maior produtor de soja, de algodão, de milho este ano provavelmente e, tenho certeza, o setor madeireiro, o setor de base florestal, Mato Grosso vai ser o maior do Brasil em pouco tempo.

As nossas terras aqui, nós temos grandes oportunidades com a teca. Somos o maior plantador de teca da América do Sul, da América Latina. O eucalipto, nós estamos plantando muito neste Estado.

Então, eu diria a Vossa Excelência, Deputado Percival Muniz, que nós temos que encampar essa ideia para realmente criar uma Secretaria de Desenvolvimento Florestal, porque aí se terá uma autonomia, conseguirá vários convênios e terá recursos com ONGs, com tudo que é universidade.

Eu acho o seguinte: Já que vai priorizar esse setor, já prioriza com a Secretaria, o que mais vai beneficiar esse setor.

O setor madeireiro, que tem sofrido muito neste Estado... Eu vejo pessoas, em Alta Floresta, Sinop, terceira e quarta geração, que estão abandonando o setor madeireiro.

É realmente, Sr. Presidente, vergonhoso a pessoa ter quem desistir de uma profissão que aprendeu com o pai, com o avô, bisavó, lá no Sul, veio aqui e não tem condições de trabalhar. Quer dizer, tanto o IBAMA, as questões burocráticas da SEMA, que demoram muito para você liberar o manejo... Se não tem condições, o manejo demora um ano, um ano e meio para estar concluso. Nós temos o período sazonal de chuva que só se consegue tirar madeira na seca. E se você perder essa chance, Secretário Vicente Falcão, essas pessoas são fadadas a fechar a empresa, demitir os funcionários e passar necessidades.

Então, nós temos que dar uma prioridade. O Governador Silval Barbosa tem que realmente pegar... O setor madeireiro dá muito lucro para este Estado, a arrecadação, o número de empregos que gera...

Como falou o Deputado Percival Muniz: “fritar o porco com a própria banha.” Nós temos certeza! Então, vamos regionalizar. Vamos fritar o pacu com a banha do pacu.

Esse setor florestal, que tem grandes chances de ser o maior do Brasil, tem condições de sustentar uma Secretaria e realmente desenvolver este Estado.

Eu vejo em Mato Grosso do Sul várias indústrias de celulose sendo implantadas; já tem fábrica de MDF e nós temos chances de fazer isso em Mato Grosso.

Nós hoje importamos toda a matéria-prima.

O setor moveleiro de Alta Floresta comprando MDF... Eu achei que estavam fazendo móveis de madeira maciça: “Não. Não tem madeira maciça para se comprar. O setor aqui é muito fiscalizado.” Então, estavam usando MDF em Alta Floresta no meio da floresta, onde só tem madeira.

Nós temos que incentivar esse setor, porque todo madeireiro, Deputado Percival Muniz, ao mesmo tempo é o reflorestador, tem a sua fazenda, plantando a teca, o eucalipto, o pinho cuiabano, o mogno africano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Então, este Estado tem uma chance muito grande de ser um setor tão forte como o setor agropecuário e nós temos que incentivar.

Esta iniciativa foi muito boa e tenho certeza que quem vai ganhar é o povo de Mato Grosso.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Muito bem! Muito bem mesmo!

Vamos passar a palavra, agora, para um inscrito da platéia: Sr. Carlos Luiz Milhomem de Abreu.

O SR. CARLOS LUIZ MILHOMEM DE ABREU - Boa-tarde a todos!

Como Secretário da SEDRAF, quero dizer que não nos furtamos de estar aqui presente para apoiar esse grande segmento que é a cadeia da floresta. Entendemos que realmente precisa de organização.

Quando éramos estudante na universidade, que convivíamos com os colegas da Engenharia Florestal, ficávamos muito preocupados porque o Brasil, até então, não tinha um programa florestal, sendo que os Estados Unidos e outros países eram muito avançados.

Passou-se o tempo e nós chegamos numa situação em que até a nossa Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar está desmobilizada porque sentimos que com o passar do tempo os órgãos foram erodidos. Houve uma erosão nos órgãos públicos, fazendo com que eles deixassem de cumprir suas funções, que seriam: criar políticas públicas e auxiliar a Assembleia Legislativa a trabalhar leis específicas.

No tocante à área de floresta, que é uma área muito forte no Estado de Mato Grosso, entendemos que esta Audiência Pública é muito benéfica e que possamos chegar a um consenso para organizar essa importante cadeia.

Quero dizer que estamos lá também abertos para discutir a questão da floresta. Se não for possível criar uma Secretaria de Floresta, queremos abrir um espaço lá para criar uma Secretaria Adjunta, porque entendo que a Secretaria é de Desenvolvimento e poderá muito contribuir com a área de floresta.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Vamos ouvir agora o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Sr. Presidente Deputado Percival Muniz; minha colega Deputada Luciane Bezerra; Sr. José Eduardo, representando o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso-SINDUSMAD, de Sinop.

Sr. Presidente, eu tinha anotado várias coisas, mas Vossa Excelência debateu muito bem sobre vários assuntos.

Eu não vejo o setor madeireiro como um problema. Eu vejo o setor como um grande empresário que faz a parte social importante do Estado de Mato Grosso. Nós tratamos de forma diferente. Nós temos que tratar com igualdade, porque esse setor faz coisas que o Governo não faz. Quando dá grandes incentivos a grandes empreendedores, não se dá incentivo ao setor madeireiro e a mínima condição de ele sobreviver nas suas cidades.

Então, eu realmente vejo esse grande problema e não o problema que se causa nesse setor. É um setor que mais gera emprego no Norte do Estado de Mato Grosso; é o setor que tira realmente as pessoas de descasos, muitas vezes, da ausência de governo.

O que estão pedindo é pouca coisa. Poucas coisas. É atenção especial para quem faz a parte que o Governo deixa de fazer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Eu também como gero emprego no Estado de Mato Grosso, como empresário, quando temos um projeto para ser analisado, que seja analisado, porque já teve quem debateu em cima dele, ficou dez dias, quinze dias para fazer um projeto. Ademais, na SEMA é tão simples de se analisar um projeto. Eu não vejo dificuldade em se analisar um projeto. Projeto que tem um engenheiro e o outro engenheiro vai reparar ou analisar o projeto, é tão fácil de fazer isso! Agora, as dificuldades e as facilidades é que estão demorando e travando esse setor.

Em 2010 o Governo não deu sequer a atenção devida para esse setor. Se não quer o setor madeireiro, um setor que não agride realmente, que valoriza a floresta do Norte do Estado de Mato Grosso, do Estado de Mato Grosso... Vá a Marcelândia, a Nova Maringá, feche a madeireira, mas pague ao empreendedor os seus investimentos; dê emprego para as pessoas que precisam. Vá lá e pegue todos aqueles funcionários e fale: aqui estamos trazendo outra empresa com esse perfil, que não é o perfil que o Governo valoriza. Valorize quem valoriza o nosso Estado!

Então, em várias ponderações, Sr. Presidente, eu vejo que um projeto... De maneira alguma poderia chegar um projeto de manejo de lá ou de dentro da SEMA que no máximo em trinta dias não tivesse sido liberado. Porque a pessoa teria, no prazo de cinco dias... Se não tem a característica por medo ou receio de alguma análise do projeto, identifique-se.

A própria Secretaria, a mesma coisa do processo judicial, delibera para quem for o técnico. O técnico se não pode, vai para um Conselho da SEMA. Tem que ter um Conselho separado para ver quem está tendo a produtividade dos projetos. (PALMAS)

É isso que eu analiso. Nós temos que ter um mecanismo realmente de a nossa Secretaria dar oportunidade. Estamos tratando esse setor com diferença. É um setor que gera emprego, paga impostos no Estado de Mato Grosso. Quando cria taxa de combate o incêndio é o primeiro a pagar; quando cria FETHAB é o primeiro a contribuir; quando cria fundo para várias ações do Governo, com taxa disso, taxa daquilo, nunca se negam a apagar. Os empreendedores sempre tiveram do lado do Estado ajudando e contribuindo com sua valorização - acreditando.

Agora, quando vem uma Ministra aqui, como lá em Sinop, Deputada Luciane Bezerra, quando fui à tribuna da Assembleia Legislativa, fiz uma reunião, fui rebaixado covardemente por um Policial Federal, que entra no meu *Facebook*, entra nas minhas informações e fica me ameaçando. Eu não sou sujeito a isso, porque fui defender uma categoria naquela operação desnecessária da vinda da Ministra e até hoje não se provou os dados do IPE do desmatamento. Vergonhosamente foram lá e acabaram com Municípios como Claudia e Marcelândia. Está um descaso em Marcelândia, que depende praticamente 100% do setor madeireiro.

Então, nessa audiência, no dia 26/10/2011 fiz um requerimento ao Governo do Estado para criar realmente a Secretaria Estadual da Base Florestal, mas não é para criar só para cuidar da LAU, do manejo, é para criar para dar oportunidade também para o pequeno empreendedor, ao seu reflorestamento.

Vêm aqui ONGs e coisas a mais no nosso Brasil, falando do nosso Estado de Mato Grosso. Nós temos que ser um governo estadista, um governo que defende a nossa classe que gera emprego.

Envergonha, muitas vezes, ficamos defendendo e o Governo não ter interesse em ajudar o setor. Em várias reuniões com o próprio Governador Silval Barbosa, Governo do Norte do Estado, Governo que também tem seus projetos de manejos... Facilitados não sei. Isso não vou julgar, mas teve seus projetos também que passaram pela Secretaria. Qual a dificuldade em dar para o empreendedor A o mesmo tempo ao empreendedor B?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Nós só queremos que cuide desse setor que gera emprego para o Estado de Mato Grosso - a maioria. Pega Marcelândia 80%. Em Nova Maringá o comércio, o pequeno empresário depende do setor florestal. Querem fechar? Estamos à disposição para contribuir e ajuda. Vamos fechar. Vai lá levar uma grande indústria para contrapor e gerar emprego para quem gera emprego no Norte do Estado de Mato Grosso. É só fazer isso. É simples. Não dá para admitir o prazo dilatado para se conseguir um projeto de manejo. Falaram inclusive que em alguns projetos que foram vistoriados demorou trinta dias e até agora não fez. Será que não foi juntada de documentos, que não foi colocado na pasta? É muito difícil analisar. Muitas vezes, quando você vai pedir alguma coisa na SEMA, você tem dificuldade. É influência, influência política? Então, tem que ponderar até para pedir alguma coisa na própria Secretaria, porque muitas vezes, quando debatemos, achando que estamos defendendo e fazendo para que o setor produza, gere o emprego no Estado de Mato Grosso, talvez esteja tendo influência e você é notado de forma diferente.

Eu faço o meu papel como Deputado Estadual para defender quem faz o que o Governo não faz: gera emprego.

Hoje 80% dos nossos assentamentos são favelas rurais, não têm assistência, não existe maneira. As pessoas muitas vezes fazem queimadas, desmatam, porque têm que sobreviver no campo. É isso que eles fazem.

Vamos lá vivenciar com as famílias, dar o que comer aos seus filhos que estão lá. É isto que temos que fazer.

Como o próprio Deputado Percival Muniz falou: muitas vezes temos que dar condições ao ser humano, e não ir lá para multar e perseguir.

Façam algo, realmente, urgente.

Deputado Percival Muniz, eu quero aqui dar os parabéns a Vossa Excelência por esta Audiência Pública, mas temos que levar esta Audiência Pública para o Governador, para que ele tome uma atitude, atitude de ajudar o setor que faz muito pelo Estado de Mato Grosso, mas muito, como Sinop, que vivencio desde 1976, quando meu pai foi chamado pelo Governo Federal para vir desbravar o Estado de Mato Grosso. Desde 1976 eu vejo quantas gerações, pelo SINDUSMAD, realmente todo o setor produziu para o Estado de Mato Grosso, renda e principalmente na parte social, porque não vão grandes empresas para a nossa região, para o interior do Estado, mas, sim, centralizadas em poucos polos, em sete polos, principalmente aonde Governo determina que vá.

Nós precisamos e clamamos que o setor não seja tratado como madeiro, mas, sim, como empresários que ajudam a parte social do Estado de Mato Grosso, e fazem brilhantemente, só precisam da atenção do Estado, porque são eles que pagam para que estejamos aqui nesta Audiência Pública, eles que pagam para o Governo se movimentar, e o Governo tem que fazer a parte dele, valorização dos seus profissionais, dando condições também jurídicas, porque muitas vezes o próprio técnico que está lá dentro da SEMA se sente ameaçado porque hoje quem manda no Estado de Mato Grosso é o Ministério Público e o IBAMA.

Nós temos que cuidar disso, temos que ser estadistas. Quem manda no Governo do Estado chama-se Governador Silval Barbosa, eleito para nos representar. É assim que eu gostaria que fosse.

Obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) – Muito bem, Deputado!

Tenho uma notícia boa. Está confirmada a audiência com o Governador para o dia 24. Eu pedi ao Deputado Riva para ajudar a marcar uma audiência e ele já retornou confirmando para o dia 24, se não me engano terça-feira que vem, às 09:00, no Palácio Paiaguás. Então, o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

segmento está todo convidado para ir para casa e voltar, vai e volta, porque terça-feira nós teremos essa audiência muito importante para acabar de consolidar as nossas propostas e ideias em relação ao Governo. Estão todos convidados.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) – Será as 09:00 horas! Tem que se virar, ir e voltar, ou emenda direto por aqui, liga para casa e fala: “Vou ter que emendar direto agora aqui.” Avisa a mulher: “Olha, mulher, terei que ficar aqui.” E a mulher avisa o marido: “Terei que ficar aqui.” Ou, então, manda trazer. É isso aí!

Não é, Secretário Vicente Falcão, o marido manda trazer a mulher e a mulher manda trazer o marido e ficam na Capital, observando as obras da Copa, que está com uma matéria interessante, estou vendo aqui uma confusão, assunto para daqui a pouco no Colégio de Líderes.

Com a palavra o Sr. Jessé de Arruda Barros, Assessor do Crea.

Está aí? Jessé, com a palavra.

Está terminando, gente. Vamos cada um usar dois, três minutos, porque já encerramos. Tivemos conquistas importantes hoje aqui.

O SR. JESSE BARROS – Boa-tarde a todos.

Só uma pequena correção: é Jesse Barros, Assessor da Presidência do CREA, cheguei um pouco atrasado. Sou Técnico em Eletrotécnica, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Assessor Parlamentar do CREA, Ouvidor e Presidente da AESA- Associação dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientalistas de Mato Grosso.

Farei algumas colocações aqui, pessoal, só para dizer que venho acompanhando esta Casa já há alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) – Se isso aí der dinheiro...

O SR. JESSE BARROS – Se desse, não é Deputado, eu estava bem!

Pessoal, venho aqui a pedido do Presidente Juarez Samaniego, representando o CREA, quero fazer algumas colocações, inclusive aos Deputados.

Parablenzo por esta iniciativa o Deputado Percival Muniz, dizendo que no Regimento Interno desta Casa, no art. 369, nas matérias técnicas, se a Casa não solicitar, nós podemos requerer participação para discuti-las e que os Srs. Deputados, se não o conhecem, que façam uso desse artigo do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Está colocado. Vamos lá!

Quero dizer também ao Deputado Percival Muniz que quando a empresa potencialmente poluidora poluir um córrego, ou um rio, eu virei aqui na Assembleia Legislativa cobrar do Deputado por que é que ele aprovou que um biólogo possa ser responsável técnico por uma empresa potencialmente poluidora na Lei nº 9.643/2011. Isso é grave. Já coloquei isso em algumas reuniões. Como Presidente da Associação dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientalistas está colocado.

Nós estávamos no CREA num momento eleitoral, então, não tivemos como participar dessas reuniões em novembro e foi colocado dessa forma errônea no art. 2º, da Lei 9.643, que um biólogo também pode ser responsável técnico por uma empresa potencialmente poluidora – e o Governador sancionou. Vossa Excelência já pode anotar aí para dia 24 essa lei retornar à Casa.

No PCCS do Estado é preciso voltar à função de engenheiro, por quê? Porque ocorre que a maioria dos profissionais da SEMA são técnicos de nível superior e não dá para se esperar uma sétima alteração da Polícia Federal para dizer que eles não tem ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, para dizer em que eles são responsáveis no processo (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

A SEMA já foi notificada pelo CREA. Daqui a pouco o CNPJ da SEMA não vai conseguir mais nada. Ficará enterrado e o Estado parará, realmente parará. Por que? Porque os profissionais não sabem que eles são responsáveis pelo procedimento, e a SEMA fiscaliza as atividades de engenharia. Quem fiscaliza o profissional é o CREA. Isso tem que ficar claro e não é problema do Secretário, é do Governador que não colocou no orçamento R\$40,00 (quarenta reais) para pagar ART de cargo e função. E não é o primeiro ano que isso ocorre. Tem quatro anos, a Sr^a Amilka está lembrando que o governo foi cobrado, e não só na SEMA, mas em todas as Secretarias de Estado. Onde tem profissional da área de engenharia, ele tem que ter ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, dizendo cargo e função, qual é a função desse profissional dentro do órgão público. E também precisam para isso ter o seu acervo técnico, que são dez, doze, quinze anos que ele tenha exercido a profissão. E o Governo não reconhece como engenheiro, coloca como técnico de nível superior e também não paga o salário a que eles têm merecimento.

Então, não paga o salário e não diz a função. Como é que ele quer a atividade correta? Como é que ele cobrará que ele exerça de forma correta, se ele não tem nem a condição de trabalho?

Como foi colocado, ele não tem carro, não tem equipamento, não tem material para mostrar que aquela atividade está sendo feita de forma correta. Como é que discutiremos isso aqui? Como é que veremos com vocês, empreendedores, profissionais, se os serviços de vocês estão sendo prestados de forma adequada, se não há condição, se não há salário, se não há reconhecimento? Como é que isso poderá ocorrer? Como é que isso poderá ocorrer?

Então, outro questionamento também, chamem para a reunião o Secretário de Estado de Administração, Sr. Cesar Roberto Zílio, para dizer que hora o Governo pagará as ARTs de todas as Secretarias do Estado, de todos os engenheiros que exercem a função no Estado.

Mais uma colocação: em nenhum órgão público ninguém diz se o engenheiro tem ou não tem atribuição para exercer a atividade. Quem diz isso é a Câmara Especializada de que o profissional faz parte. E no CREA tem a Câmara de Engenheiro Florestal, que diz se ele tem ou não tem atribuições para exercer a atividade.

Então órgão nenhum do Estado em nenhuma análise diz se o profissional tem ou não tem atribuições, só diz se aquele procedimento está tecnicamente correto ou não. Então há a necessidade dessa clareza na análise.

E muitas vezes ocorre uma consulta ao CREA, para perguntar se tal profissional tem atribuição para tal atividade. É como todas as dúvidas geradas no Governo ou nas Secretarias deveriam ser sanadas: consultar as Câmaras de que o profissional faz parte. Por que? Porque quem tem a pasta daquele profissional é o CREA. Quem sabe se ele exerceu determinada disciplina para ter atribuição é o CREA. Não é o analista que é colocado lá, às vezes com desvio de função, porque é um advogado analisando um serviço de engenheiro ou advogado vistoriando serviço de engenheiro. Não precisamos jogar para tudo para a área de direito, como está ocorrendo na SEMA. Serviços técnicos estão indo para o campo jurídico para dizer se é legal ou ilegal o que é técnico. É um absurdo fazer isso, e os procedimentos técnicos ficam parados, porque está se esperando uma análise jurídica de um procedimento que é técnico.

Então, Srs. Deputados, eu quero deixar essa reflexão a todos e dizer que o CREA participou de todas as ações de que foi convocado. Os senhores têm exemplo da SECOPA. Também cobramos a mesma forma e o mesmo procedimento com relação ao Secretário da SECOPA. Ele esteve no CREA, mas não mostrou todos os projetos que deveria mostrar. Porque ninguém está aqui

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

para analisar ideias. Anteprojetos são ideias. Ninguém vai entrar na cabeça do outro e analisar a ideia que ele tem. Tem que analisar projetos, engenheiro analisa projetos, e não ideias.

E na Câmara Municipal também tivemos uma intervenção, a pedido da sociedade, participamos lá e mostramos serviço. Foi feita uma FPI para dizer a necessidade da reforma. Fizemos também uma vistoria para dizer como foi gasto. E todo mundo viu na mídia o que aconteceu.

Então, todas as vezes que somos convocados, nós participamos. Quero alertar aqui os Deputados para usarem mais a Câmara Temática da Casa com os engenheiros civis. O Sr. Paulo Moura é amigo nosso. Que essa Câmara seja mais funcional, que ela não seja tão burocrática e que nós possamos ter mais celeridade e intervenções na área técnica. Estaremos aqui sempre à disposição dos senhores para aquelas ações na área de engenharia em que formos convocados.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Muito bem, Jessé de Barros. Parabéns! Você como assessor poderia ser o Presidente. Muito bem! Está bem o CREA! (PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Pois é, mas está bem o CREA, está bem!

Deixe-me só ler aqui: “Dados do Setor - Setor de Engenharia Florestal

Vendas internas - 16,66%

Vendas para exportação - 20,73%

Vendas para outros Estados - 62,66%.”

O Volume entra numa nomenclatura complicada, não vou ler.

“As cinco espécies mais comercializadas.”

E tem uns dados aqui de Receita.

Então, para quem está acompanhando pela TV Assembleia Legislativa, anote: “O Setor de Base Florestal corresponde a 6% do PIB de Mato Grosso; congrega mais de 1.600 indústrias; consome 3,6 milhões de metros cúbicos de toras por ano; possui 2,6 milhões de hectares de áreas de manejo florestal; transporta 275 mil cargas por ano; arrecada R\$ 12,2 milhões para o FETHAB; tem um estoque de carbono em florestas manejadas de 676 milhões de toneladas.”

São dados do segmento.

Com a palavra, o Sr. Francolino Boff, que tem dois minutos para externar os seus pensamentos. Pode ser daí para ganharmos tempo. E, então, faremos o encerramento com a fala do Secretário Vicente Falcão, que responderá algumas perguntas e depois vamos encerrar.

O SR. FRANCOLINO BOFF - A minha pergunta é como produtor.

Há mais de 25 anos, cheguei lá do Chapadão, de fato, comecei os negócios e a desbravar, mas sempre com o interesse, desde 1996, quando entrou o IBAMA, de fazer os projetos.

Eu estou, desde 1995, com um monte de papéis. Chegou o IBAMA, deu aquela Operação Curupira, eu com os papeis legalizados, mas não saía a Autorização de Transporte de Produtos Florestais - ATPF.

As empresas para as quais eu vendia a lenha não tinham autorização para comprar. Fomos verificando, como tinha lá, falei da SEMA... O meu projeto eu fiz na SEMA, em 2005. Saindo lá da SEMA, entrou o novo sistema que é tudo legalizado. Daí, como veio esse, eu vi que não iria desenvolver, porque você ia atrás das ATPFs, mas elas não saíam. O que hoje está tendo na SEMA que nos envolve, que eu não posso vender lenha a outra firma, sendo que eu estou legalizado, porém a firma não tem a legalização do pacto ambiental? Eu tenho tudo!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

Estou vendo, gente, esse constrangimento e acho que é, também, dos Deputados, e não é só dos setores, dos Secretários. Porque nós estamos sofrendo.

O que está havendo com o produtor é problema na hora de tirar a Nota. Naquela época, cada UPF era dezenove reais. Hoje, cada UPF é quarenta e seis reais. Então, dobrou quase 120% e tem que ficar parado.

Agora, fiz o georreferenciamento. Espero que o Secretário tome conhecimento, porque entre esses dias e não me peça a Certidão de Legitimidade. Porque a Certidão de legitimidade é uma briga dentro do Senado. Só quem passa... E dentro do INCRA teve o seguinte: eu peguei um engenheiro que fez o georreferenciamento do Ministro Gilmar Mendes e mais de um Príncipe de Mônaco e em trinta dias passou. E eu, que sou produtor, que tinha tudo certo, tive que entrar com Mandado de Segurança, porque sou idoso.

A minha pergunta é essa? Por que há tanta divergência se somos produtores? Nós fazemos! Não tem nada! O meu é 100%, ainda, intacto. Eu tenho os meus filhos que...

Um é Engenheiro que veio para cá, porque já pensava que isso sairia logo. Engenheiro Agrônomo que estava trabalhando na firma em Bom Jesus; tem outro que é Advogado, que teve que ficar lá no Sul, porque não está saindo nada.

Então, como um pai de família faz para colocar a família se está com esse problema?

Como produtor era essa pergunta que eu queria fazer.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Sr. Francolino, com suas perguntas praticamente o senhor comoveu esta Audiência Pública.

Secretário, esse é o dilema das pessoas do Estado.

Não dá! Não dá! Nós não podemos ter um monte de autoridades ganhando dinheiro dos impostos do cidadão e deixando-o na situação em que está. E isso em qualquer país moderno do mundo nós estaríamos todos demitidos: Deputados, Secretários. Todos estariam demitidos, porque fica um monte de gente que não consegue atender uma coisa básica.

E o mais grave, ainda: de dois saiu e o ele não consegue nem oferecer uma oportunidade para os filhos.

Então, o senhor brilhou a nossa Audiência Pública confirmando com o seu depoimento o sofrimento que sentem no interior do nosso Estado.

Com a palavra, o Sr. José Eduardo Pinto.

O SR. JOSÉ EDUARDO PINTO - Posso falar daqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Pode falar daí mesmo!

O SR. JOSÉ EDUARDO PINTO - Boa-tarde a todos!

Antes de iniciar a fala sobre a Audiência Pública, eu queria fazer um convite em nome dos municípios do Norte do Estado, pois nos dias 26, 27 e 28, próximo, em Sinop, teremos o Fórum de Sustentabilidade. É um Fórum onde será debatido assuntos da região no intuito de escrever a Carta de Sinop e a mesma ser levada ao Rio +20. A região toda está preocupada com a imagem e quer fazer alguma coisa para mostrar os ativos ambientais que tem.

Eu não posso usar a palavra e deixar de fazer um resgate histórico da importância que o setor madeireiro teve e, ainda, tem no Estado de Mato Grosso.

Nós fomos aqui chamados para integrar e para não entregar. Então, naquela época, o chamamento era um. Ao longo dos anos houve mudanças culturais e, hoje, o chamamento é outro. Nós precisamos preservar e trabalhar com sustentabilidade. E o que é importante nisso? O setor

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

madeireiro soube se reinventar. Ele, hoje, trabalha por meio do Plano de Manejo Florestal com sustentabilidade. E o Plano de Manejo Florestal é nada mais que a única salvação da floresta. No entanto, é a autorização mais difícil que temos para conseguir e poder trabalhar.

O Sr. Juracy da Silva Santos Filho, funcionário da SEMA, fez uma observação que parece que o desespero é do setor madeireiro. Eu não me lembro bem das suas palavras. Mas realmente é!

Eu estava elencando as licenças que o setor madeireiro depende para trabalhar.

Nós precisamos de LI - Licença de Instalação, LP - Licença Prévia, LO - Licença de Operação, CC-SEMA (Cadastro de Consumidor) da empresa; depois, temos que fazer o CAR - Cadastro Ambiental Rural, a LAU-Licença Ambiental Única, o manejo e o CC-SEMA do manejo. Em cada processo nós temos um calhamaço de documentos com os quais temos que cumprir. É o CLO, não sei o que, Certidão de Legitimidade de Origem, matrícula, escritura, enfim.

Então, realmente não dá que continuemos a falar em resolver os problemas do madeireiro se não desengessarmos a lei. Nós precisamos desengessar a lei.

Eu vejo que a sociedade, alguém aqui logo falou, faz uma visão diferente e nós precisamos mudar essa visão. Nós precisamos ver que o setor madeireiro é um setor de fomento.

Eu, também, quero falar do resgate de um anseio antigo que nós temos.

Sempre estivemos subordinados ao IBAMA e, em 2005, foi assinado um pacto de gestão ambiental transferido para o Estado. Esse foi um anseio antigo que foi atendido que para nós, eu quero deixar claro, foi muito importante, um passo importante e muitas melhorias aconteceram na legislação. Porém, de alguns anos para cá, nós sentimos que houve uma preocupação muito grande em cima do setor, uma estagnação na evolução da legislação, um emperramento.

Nós temos a questão do respaldo jurídico que a Deputada falou muito bem. Eu acho que é um dos entraves maiores que nós temos, hoje. Porque na SEMA a impressão que nós temos é que os projetos não estão lá para serem aprovados. Eles estão lá para haver alguma coisa para não aprová-los, porque realmente a demora é muito grande.

Imaginem os senhores uma empresa como a minha, com 150, 200 funcionários, como eu a planejo se não sei se o meu manejo florestal vai sair daqui a um, dois, três meses, um ou dois anos.

Em dezembro, entre o Natal e o ano novo, eu saí de São Paulo e vim para a SEMA na confiança de que eu iria pegar uma AUTEK. Sabe quando eu peguei essa AUTEK? Na semana passada. Então, como eu toco uma empresa com duzentos funcionários? Eu não toco. Não consigo programar.

Esta conversa que nós estamos tendo vem de longa data.

Eu acho que, hoje, esta Audiência Pública é muito providencial e ela tem duas linhas, dois focos: o primeiro é o Governador. Eu acho que saímos daqui resolvidos. O Governador precisa realmente olhar para a SEMA, estruturá-la, enfim, ele precisa dar condições para que os trabalhadores da SEMA licenciem e façam seu trabalho dignamente.

Eu acho que esse objetivo começou a ser atingido e vamos ver o que sairá da nossa reunião com Governador no dia 24.

Mas nós temos outro problema! Eu, como Presidente do SINDUSMAD, já venho dialogando com o Secretário e com sua desde o final do ano pleiteado que se fizesse um mutirão para aprovação de manejos. Porque os trezentos manejos dos quais precisamos... Ou mais! Eu diria que são mais! Porque se nós temos mil e seiscentas indústrias madeireiras no Estado é fácil fazer a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

conta de quanto nós precisamos de manejo. Além disso, nós precisamos de manejos em todo o Estado distribuídos para atender todas as regiões.

Então, venho desde dezembro pleiteando que fizessem um mutirão para que tivéssemos, agora, antes do dia 02 de abril, quando acabou o período restritivo de exploração da madeira, no mínimo, trezentos projetos aprovados nas diversas regiões. Mas infelizmente nós vimos que não foi isso que aconteceu.

Secretário, com todo respeito, eu até anotei aqui que um dos agradecimentos que quero fazer é pelo esforço de todos os Coordenadores, Superintendentes, Adjuntos, Secretário. Mesmo com a falta de estrutura que tem a SEMA, nós vemos que vocês vestem a camisa, agarram a coisa, se doem quando vamos lá cobrar alguma coisa, mas isso tudo não está resolvendo o nosso problema.

Uma juntada, Secretário, eu quero dizer que chega a demorar mais de trinta dias para ser feita. Eu acho que é um absurdo.

Então, eu deixo alguns desafios aqui que seriam de imediato, porque nós estamos temos de longo prazo que o Governador, de imediato, tem que socorrer o orçamento da SEMA.

E a questão da Secretaria, se é adjunta, se é uma autarquia, se é isso ou aquilo é uma coisa para avaliarmos e realmente ver. O que o setor precisa é que os seus projetos sejam liberados, andem dentro de um prazo possível para nos organizarmos.

Eu vejo que algumas coisas poderiam ser feitas de imediato. E não é de hoje que se fala, por exemplo: fazer manejo com o CAR. Quando se criou a lei do CAR nós batalhamos muito para que pudéssemos fazer manejo com o CAR. No entanto, na hora de se criar a lei foi-se colocada restrição ao manejo.

Então, se não tivermos aqui a coragem de peitar algumas coisas e tomar decisões, nada vai se resolver.

Nós precisamos imediatamente que essa Lei nº 233 e mais as outras sejam alteradas e que possamos só aqui eliminar 50% da dor de cabeça que nós temos.

Para se conseguir uma LAU, pessoal... Eu estou há um ano e meio com um processo no meu nome, mas a LAU é de 2007, que vem se arrastando. Troquei a titularidade para 2010, mas até hoje não consegui essa LAU.

Então, aí iríamos reduzir 50% do tempo que perdemos para aprovar um projeto.

Eu vejo como medidas urgentes: eliminar a necessidade de LAU para se fazer manejo; definir prazos. Eu acho que nós temos que definir... Já me falaram diversas vezes que não dá para definir um prazo porque gera pendência por isso e aquilo.

Pessoal, nós temos que definir prazo sim. A SEMA tem um prazo a ser cumprido. Eu tenho prazo a ser cumprido para pagar o meu imposto! Por que a SEMA não tem um prazo para autorizar o meu manejo?

Desculpe-me, Secretário Vicente Falcão, essas franquezas, mas é que nós vimos trabalhando, já é o meu segundo mandato como Presidente e sempre reclamamos as mesmas coisas.

Eu tenho o maior respeito, o maior apreço pela figura do senhor e pela SEMA como um todo, mas eu preciso fazer algumas observações aqui.

Outra coisa que o Governo precisa ver realmente é o respaldo jurídico, porque hoje se um funcionário assinar alguma coisa dentro da SEMA e lá algum Promotor ou a Polícia Federal achar, suspeitar que aquilo está irregular, ele tem que se defender por conta própria.

Eu diria que o Ministério Público e a Polícia Federal deveriam acreditar mais nos 97%, 98%, sei lá quantos por cento de madeireiros corretos, que trabalham na legalidade que existe,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

e acreditar mais nesses 98% e correr atrás dos 1% ou 2% que existem lá, fazer o trabalho deles e deixar a SEMA licenciar os projetos de quem quer trabalhar dentro da legalidade.

E orçamento adequado...

Também, eu gostaria de colocar aqui, Secretário Vicente Falcão... Nós estávamos falando aqui CC-SEMA. Para que CC-SEMA se eu já tenho a minha LO? Por que tem que renovar anualmente o CC-SEMA? Por que não fazemos aí uma juntada de processos para diminuir a quantidade de processos? Assim como eliminaríamos a LAU para o manejo, vamos juntar o CC-SEMA na LO. É madeireira? É. Automaticamente, já vai lá...

Outra coisa: renovação anual, pessoal! Nós não conseguimos renovar o CC-SEMA deste ano e já está vencendo o prazo para renovar o do ano que vem.

Então, nós precisamos que haja lá um empenho em que tudo aquilo que foi conversado na Câmara Técnica por diversas e diversas vezes, por diversos Secretários, seja realmente colocado em prática.

Portanto, são esses os caminhos que eu gostaria de deixar aqui colocados.

Obrigado a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PERCIVAL MUNIZ) - Obrigado! Muito obrigado! Foi muito elucidadora a sua fala.

Sem querer cometer injustiça, vou passar a palavra ao Secretário Vicente Falcão para fazer os comentários finais sobre algumas perguntas e vamos considerar como a última inscrição, encerrando, logo após a sua fala, esta Audiência Pública, agradecendo antecipadamente a presença de todos.

Com a palavra, o Sr. Secretário Vicente Falcão de Arruda Filho

O SR. VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO - Obrigado, Sr. Deputado.

Primeiro, os meus respeitos a ANAMMA-Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente da SEMA, ao meu funcionário Juracy, a quem agradeço pela preocupação de como eu iria estruturar para atender a Secretaria Adjunta de Base Florestal.

Juracy, você sabe que dentro da SEMA nós temos a chamada avaliação de desempenho do servidor e eu determinei ao Departamento Pessoal que fizesse uma linha geral, nesses três meses, da avaliação de alguns funcionários que notadamente têm diminuído a sua produtividade.

Por razões óbvias, que vão ser levantadas, chegamos a um número de trinta a trinta e cinco e até, em alguns casos, quarenta servidores que estariam com baixa produtividade. Nós vamos descobrir qual a razão dessa baixa produtividade, porque poderão ser descolados. Às vezes, a função à qual está desempenhando, ele não está correspondendo ou se encontra à disposição do Departamento Pessoal por ausência de função, de desempenhar a sua função. Isso nós vamos encontrar.

Quanto à OSCIP, está se encerrando o contrato dela. Eu determinei o encerramento do contrato da OSCIP por umas questões jurídicas. Até 05 de maio nós encerramos a participação da OSCIP e vamos perder cento e quarenta técnicos que dão assistência junto à SEMA.

Quanto a equipamento para equipar a SEMA, hoje já deve ter dado entrada na Secretaria de Administração, junto à CEPROMAT, a autorização para descontingenciar o nosso orçamento para que possamos adquirir mais ou menos cento e vinte equipamentos de informática para atendermos a demanda, porque nós estamos planejando para o mês de agosto todo processo de licenciamento da SEMA digital. Todo ele.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

E aí, Deputado, vai naquela pergunta de Vossa Excelência: “Por que o senhor então já não licencia assim que pede?” Primeiro, nós temos o princípio da precaução, que uma reparação do dano ambiental é muito pior, muito maior do que simplesmente liberar.

Por exemplo, como citou Sr. Jessé Barros, caso nós simplesmente liberamos sem analisar o pedido do licenciamento, podemos incorrer em um dano irreparável, e a biodiversidade aí é um outro custo maior para a sociedade.

Mas, creio eu, com os licenciamentos digitais, hoje, 50% do nosso licenciamento é feito digital por meio dos *chips* aonde vão as imagens de satélites.

E tem um problema, Deputado, às vezes, o técnico manda um meio analógico, um papel, ou ele entra com um processo assim: “aqui é propriedade”. Aí ele vem fazer o manejo, sei lá, por questões de equipamentos, faz o seguinte: desloca. E se nós autorizamos, o técnico autorizou, ele não está atendendo a boa forma de licenciar um produto. Então ele precisa analisar, ver se está compatível com as coordenadas da propriedade dele.

Essas pequenas alterações, e o Sr. José Eduardo Pinto tem razão... Em hipótese nenhuma, Sr. José Eduardo Pinto, eu tomo a sua observação... Nós sempre trabalhamos com muita franqueza e muita honestidade. O trato com o setor sempre foi, como nós chamamos, olho no olho, sempre nos tratando com muita urbanidade. Essas conversas, esses diálogos, inclusive, o apoio o CIPEM, o Termo de Cooperação Técnica de cessão de cinco caminhonetes para agilizar os processos de vistoria, isso foi feito.

Realmente, nós temos um problema sério com a LAU quando se trata de Certidão de Legitimidade de Origem - CLO, que é objeto de legislações anteriores que impôs a exigência para a LAU a Certidão de Legitimidade de Origem.

Com essas alterações, essa lei que foi debatida na Câmara Técnica, que eu chamo de *upgrade*, onde nós vamos trabalhar a alteração dessas três leis complementares, que, creio eu, na semana que vem estará sendo encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para justamente para, ao fazer o CAR, fazendo o perímetro da propriedade, caminhe para o manejo. Continua a obrigação de averbação de reserva legal da propriedade, que é visto no processo de LAU. Esse é um processo que nós já detectamos, e aí vocês têm razão Deputado e Eduardo, quando falam da necessidade de fazer os enfrentamentos, que são momentos que lá atrás, quando o Estado assumiu o manejo florestal por delegação, e uma delegação não muito clara, ao mesmo tempo que delega ao Estado o órgão federal fica na obrigação de supervisionar isso - isso é esquisito e gera também essa instabilidade, mas creio que com essa medida, já consensuada na Câmara Técnica, onde o IBAMA também tem assentamento, isso já ficou claro. Nós não vamos abrir mão no processo de legalização da propriedade rural da averbação da reserva legal, mas isso não vai impedir que a atividade, que no caso seria o manejo, não seja feita com o CAR. Então, o CAR, após aprovação, vai ser instrumento legal para o pedido de manejo. Creio eu que em sessenta dias, se o processo estiver em plena conformidade, teremos a liberação desses pedidos, após essa alteração.

Ao mais Deputado, em meu nome, em nome da Secretaria, dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente, sabemos que temos os nossos defeitos, nossas limitações, mas Vossa Excelência e aquele que nos assistem através da TV Assembleia pode ter a convicção que sempre pautamos e sempre pautaremos, nós servidores, para dar nosso melhor, quando possível.

Estamos há muito tempo tendo várias discussões setoriais. Estivemos com o SINDENERGIA, hoje estivemos com SINDMINÉRIO, com a ACRISMAT, para discutir novas metodologias de licenciamento. Nesses cinco anos muita coisa mudou a forma de encarar e verificar um processo de licenciamento dos empreendimentos. A SEMA é um órgão que monitora e fiscaliza,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

mas a sociedade também tem que demandar, como o CIPEM faz, como essas entidades que citamos estão fazendo. Nós precisamos e está na hora de rediscutir esse processo da forma de licenciamento.

O Código Florestal Brasileiro está para ser votado na Câmara dia 24 de abril, vai trazer uma série leveza e clareza aos processos de licenciamento, como também - o Eduardo mencionou prazo - a Lei Complementar nº 140, que nós ainda estamos aprendendo a lidar com ela, que foi aprovada agora dezembro de 2011, trás um fato interessante, estabelece um prazo, salvo engano, se protocolado o pedido de renovação de licença, que se não me engano são de cento vinte dias, não se perde o direito de a atividade funcionar. Então, é um item importantíssimo nesse contexto e temos que aprender lidar com isso.

A nós e aos nossos técnicos, são novas visões que estão sendo colocadas, temos que fazer essa absorção, essa implementação, essa sinergia dentro de nós. Também trás outra colocação: o processo de licenciamento sofrerá apenas uma só complementação. Não o fazendo, ele vai direto para o arquivo definitivo.

Hoje, Sr. Presidente – pasmem! -, eu tenho mil e oitocentos processos num arquivo há mais de seis meses sem uma única movimentação. Nós estamos finalizando eles, vou notificar via edital, e, não respondendo, esses mil e oitocentos processos vão para o arquivo definitivo, não serão mais apreciados pelo órgão – e temos processos lá com mais de dez, quinze, pendências.

Nessa reestruturação, que o Sr. Juracy perguntou como estamos fazendo, está sendo feita, Srs. Deputados, senhores, sem utilizar consultorias caríssimas que existem. O próprio servidor - e estão todos eles imbuídos - analisando ponto a ponto de cada Coordenadoria onde está a trava, o impedimento, o que precisa ser feito e colocado para que possamos simplificar, dar mais clareza ao processo de licenciamento, e não imputar, tanto ao empreendedor, como também ao técnico, essa dificuldade, para tirar essa expressão que a Deputada Luciane Bezerra falou: “da dificuldade para a facilidade”.

Para isso - até julho é o meu prazo final - teremos todo o nosso processo de licenciamento digitalizado. E aí, senhores, faço aqui um comunicado aos técnicos principalmente, a questão da pendência vai ter que acabar. O processo vai ter entrar na SEMA dentro do que determina a legislação. Ausência de documentos, imagem desfocada não serão admitidos, porque estamos usando já uma única base, que é a SIRGAS2000. Isto todos já estão sabendo.

Os processos de licenciamentos - pasmem, senhores! -, nós tínhamos três bases para licenciar dentro do órgão ambiental. Por isso dava muita confusão de deslocamento. Então, já estamos usando uma única base. Estamos encaminhando essa resolução ao CONSEMA já para fechar essa questão. Queremos que com isso fique claro, tanto ao empreendedor, como ao técnico, ele vai processar a imagem setorizada, a base cartográfica, o DATUM do SIRGAS2000. Creio eu que trará mais leveza e mais agilidade aos processos de licenciamento.

Mais uma vez, obrigado. Agradeço. Estamos sempre à disposição dos Srs. Deputados e da sociedade como um todo.

Obrigado por nos ouvir e oportunizar, mas quero referendar que precisamos da Secretaria-Adjunta para discutirmos também propostas futuras, pagamentos por serviços ambientais, REDD, neutralização, emissão de Carbono. É muito grande o que está dentro do órgão ambiental (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE – Senhores e senhoras, quero agradecer a presença de todas as entidades, todos os representantes sindicais, todos os representantes técnicos; quero agradecer especialmente ao Raul Pinto, que ajudou na sugestão desta Audiência Pública, junto com as outras

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SETOR DE BASE FLORESTAL DE
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2012, ÀS 14:00 HORAS.

autoridades da área; agradecer as palestras que ouvimos aqui, as observações; o Secretário Vicente Falcão - percebemos que a SEMA está vivendo um novo momento.

Parabéns pelas conquistas já conseguidas! Vamos agora construir um novo momento com mãos múltiplas.

Eu acho que tem clima para isso, juntar as Secretarias, juntar o Parlamento, o setor e as entidades e construirmos um novo momento de convivência do segmento de base florestal, mudando a legislação, modernizando a relação com o Poder Público e agilizando o desenvolvimento do nosso Estado e, principalmente, desse setor.

Eu agradeço a todos e que Deus acompanhe cada um ao seu local de destino próximo.

Declaro encerrada esta Audiência Pública.

Muito obrigado! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.